



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2018 FECDOJ



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, agosto de 2019



SUMÁRIO

1	FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA (FECDOJ)	03
2	DESCRIÇÃO GERAL	04
2.1	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	04
2.2	CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	05
2.3	FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA	05
2.4	FÓRUNS DAS COMARCAS DO INTERIOR	05
2.5	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECCS)	06
2.6	FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS	06
2.7	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO CEARÁ (ESMEC)	06
3	MISSÃO	07
4	FINALIDADE	07
5	COMPETÊNCIAS	07
6	AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE PROJETOS	30
7	METAS NACIONAIS 2018	36
8	JUSTIÇA EM NÚMEROS	40
9	INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS	45



**DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO,
FINALIDADE E COMPETÊNCIAS**

**1 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS
OFICIAIS DE JUSTIÇA (FECDOJ)**

O Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará (FECDOJ), dotado de personalidade jurídico-contábil e sujeito a escrituração contábil própria, foi instituído por meio da Lei nº 16.273, de 20 de junho de 2017, com finalidade exclusiva o pagamento das despesas com diligências dos Oficiais de Justiça.

Constituem receitas do FECDOJ:

I - créditos consignados no orçamento do Poder Judiciário e em leis específicas;

II - créditos provenientes de convênios realizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará com a Fazenda Pública, Ministério Público e Defensoria Pública, cujo objeto seja o repasse de valores para o custeio das despesas com o cumprimento de mandados provenientes de ações abrangidas pela isenção de despesas processuais e beneficiários da justiça gratuita;

III - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Fundo;

IV - o saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo;

V - 100% (cem por cento) da arrecadação do Ressarcimento de Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

O FECDOJ foi regulamentado por meio da Portaria nº 1208, de 21 de julho de 2017, que, dentre outras disposições, instituiu o Conselho Gestor do Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com as seguintes competências (art. 5º, § 1º da mencionada Portaria):

I - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos do Fundo, propondo um plano de aplicação dos recursos do Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

II - analisar e aprovar, anualmente, a proposta orçamentária para o custeio integral das despesas de diligências, e contabilizar a integralidade dos mandados cumpridos pelos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará;



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

III - propor medidas para fiscalização e melhoria da arrecadação dos valores necessários ao ressarcimento das despesas de Custeio das Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

IV - propor convênios a serem firmados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará com outras entidades para o custeio integral das despesas de diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

2 DESCRIÇÃO GERAL

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

2.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos seus membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores mais antigos, os ocupantes dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.



2.2 Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.397/2017), “a Corregedoria Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça”. A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

2.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 120 varas, das quais todas são virtuais. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais, quais sejam: Família, Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Delitos de Tráficos de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar.

2.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Cada



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

um deles corresponde a uma comarca, ou área de jurisdição. As comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

2.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de “pequenas causas”.

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até quarenta salários-mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem vinte unidades de Juizados Especiais Cíveis e quatro unidades de Juizados Especiais Criminais. Já no restante do Estado, outras dezoito unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais podem ser encontradas nas comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia, Crateús, Crato, Iguatu, Itapipoca, Icó, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

2.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por três unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

2.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

3 MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2015-2020, aprovado em abril de 2015 pelo Órgão Especial, “*garantir direitos para realizar Justiça*”.

4 FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

5 COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).

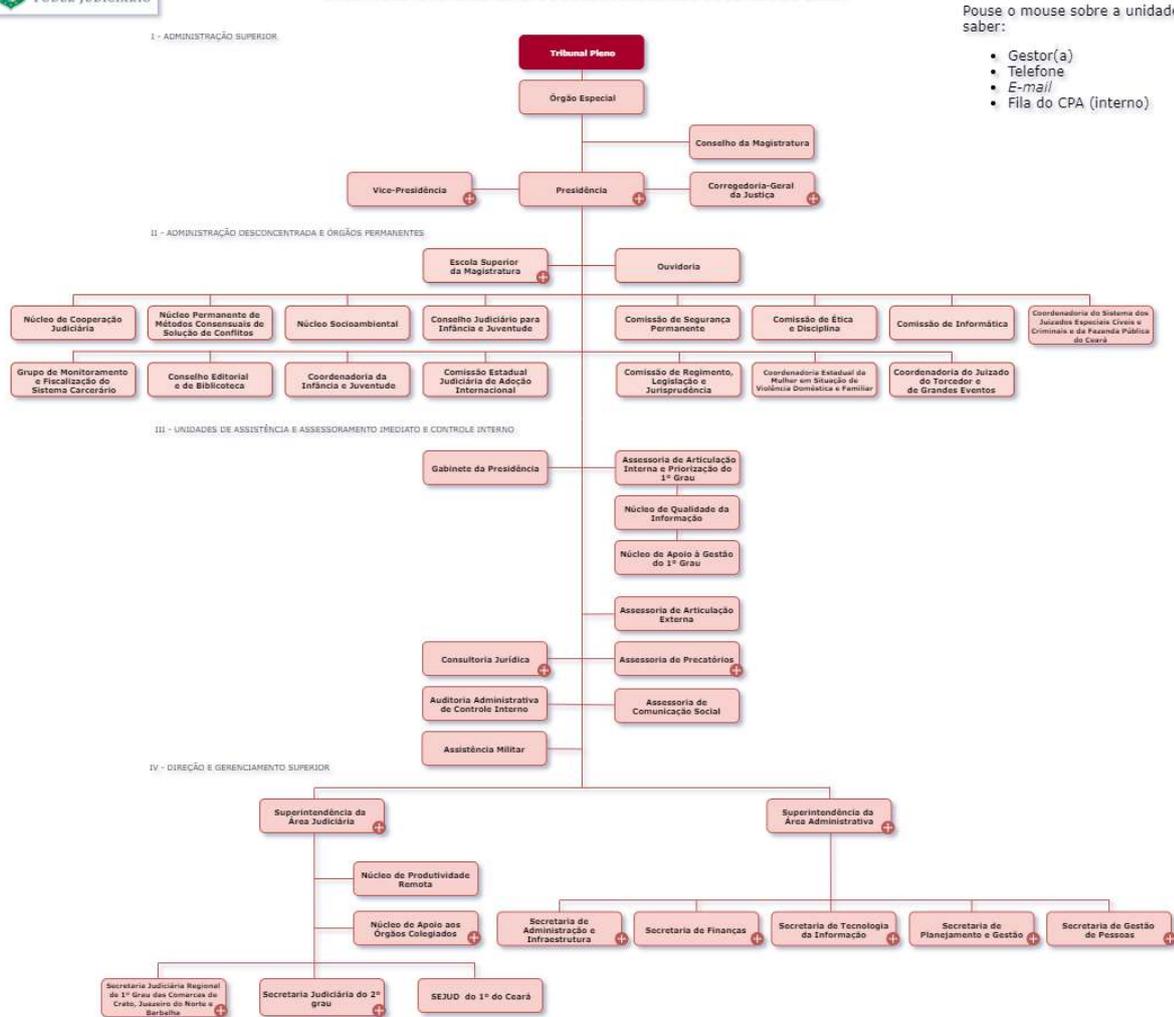


ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Leis Estaduais nº 16.208, de 3 de abril de 2017, e nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018.



ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ



Pause o mouse sobre a unidade para saber:

- Gestor(a)
- Telefone
- E-mail
- Fila do CPA (interno)

Recomenda-se a visualização do Organograma Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Ceará na versão em *.html* disponível no seguinte link:

https://www.tjce.jus.br/seplag/organogramas/organograma_poder_judiciario_ceara_2019.html



ESTRATÉGIA

O Plano Estratégico do TJCE 2015-2020 foi aprovado pela Resolução nº 05, de 23 de abril de 2015, do Órgão Especial, e revisado pela Resolução nº 07, de 19 de maio de 2017, do Órgão Especial. A construção do Plano foi conduzida pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Se-plag) por meio do esforço de grupo representativo composto de magistrados e servidores do 1º e do 2º grau, do interior e da capital, de setores administrativos e judiciários. Construção esta que também contou com a participação de órgãos do sistema judiciário, entidades da sociedade civil organizada e associações de classe de magistrados, servidores e oficiais de justiça.

Seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2015-2020 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário (figura abaixo), o qual apresenta 10 (dez) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Procedimentos e Sociedade). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2015-2020 é competência da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE.





Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

I - Missão: Garantir direitos para realizar justiça.

II - Visão: Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.

III - Valores:

- Celeridade;
- Efetividade;
- Acessibilidade;
- Transparência;
- Responsabilidade Social e Ambiental;
- Probidade; e
- Meritocracia.

IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três temas:

a) Diálogo com a Sociedade:

1. Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça;
2. Intensificar a interlocução com a sociedade.

b) Desjudicialização de conflitos:

1. Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos;
2. Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.

c) Gestão eficiente e participativa:

1. Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional;
2. Aprimorar a Governança Judiciária;
3. Garantir a infraestrutura adequada;
4. Aprimorar a Gestão de Pessoas;
5. Aprimorar a Governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação;
6. Garantir a sustentabilidade financeira.



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

V - Ficha de Indicadores (Plano Estratégico 2015 – 2020)

Indicador 01: Índice de eficiência						
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.					
Descrição do indicador	Permite a análise da eficiência dos tribunais, a partir de comparação entre o que foi produzido (produto) e o que foi gasto para produzir (insumo). Calculado pelo CNJ a partir das informações do Relatório Justiça em Números.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Resultado obtido no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus).					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	71,0%					
Descrição da Meta	Elevar para 90,0% a eficiência do TJCE até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	73,0%	76,0%	79,0%	82,0%	86,0%	90,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 02: Índice de cumprimento da estratégia*						
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das metas do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário cearense em relação às metas previstas para 2020, no intuito de quantificar o efetivo cumprimento da estratégia.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do Plano Estratégico 2015-2020 em relação às metas de 2020. Para o cálculo, serão utilizados os dados mais atualizados de todos os indicadores do Plano Estratégico 2015-2020, excluindo-se o resultado do próprio indicador nº 2. Inicialmente, será atribuída uma nota de 0 a 10 de acordo com o grau de cumprimento de cada indicador. Em seguida, serão utilizados pesos que podem variar de 1 a 3, conforme o objetivo estratégico relacionado ao indicador. Para obtenção do resultado final, será calculada a média ponderada considerando os pesos e as notas atribuídas a cada indicador.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	54,4%					
Descrição da Meta	Cumprir 100,0% da estratégia até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	60,0%	70,0%	85,0%	100,0%



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão
-------------------------	-------------------------------------

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 03: Índice de satisfação do jurisdicionado						
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do jurisdicionado com o serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de satisfação respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	47,5%					
Descrição da Meta	Metas a definir. Indicador será reavaliado em 2018.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	50%	53%	56%	-	-	-
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

Indicador 04: Índice de execução do Plano de Acessibilidade*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano de Acessibilidade do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Trimestral					
Como medir	% de cumprimento das metas do Plano de Acessibilidade.					
Responsável pelos dados	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Indicador 05: Índice de satisfação com o atendimento*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do jurisdicionado com o atendimento prestado pelas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de satisfação com o atendimento respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Metas a definir. Cálculo da linha de base em 2018.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	-	-
Gestor das Metas	Ouvidoria					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2018.

Indicador 06: Número de ações para promoção/ampliação dos canais de comunicação com a sociedade						
Objetivo Estratégico	Intensificar a interlocução com a sociedade.					
Descrição do indicador	Mede a quantidade de ações, incluindo parcerias públicas e/ou privadas, para fins de promoção/ampliação de canais de comunicação visando à propagação de um maior número de informações e serviços prestados pelo Judiciário para a população em geral, conforme disposto na Resolução nº 85/2009 do CNJ. Serão consideradas ações que criem novos canais de comunicação ou que ampliem o raio de alcance dos canais existentes. Para que a ação seja contabilizada, as seguintes informações serão necessárias: nome e descrição da ação, mês/ano de implantação e número de participantes.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Somatório do número de ações realizadas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Realizar 11 ações/parcerias até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1	3	5	7	9	11
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Indicador 07: Índice de aproximação do Judiciário com a sociedade						
Objetivo Estratégico	Intensificar a interlocução com a sociedade.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de cumprimento das metas de ações de aproximação crítica do Judiciário com a sociedade civil organizada (debates, audiências públicas, fóruns sociais – permanentes ou provisórios etc.) e de participantes nessas ações e em eventos de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense. Para que a ação seja contabilizada, as seguintes informações serão necessárias: nome e descrição da ação, mês/ano de implantação e número de participantes.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{[(n^{\circ} \text{ de ações executadas/meta de ações})+(n^{\circ} \text{ de participantes/meta de participantes})]/2\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Ouvidoria					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% das metas de ações e de participantes até 2020.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Participantes	5.000	8.000	4.000	4.000	4.000	4.000
Ações	2	4	4	6	6	6
Metas anuais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Ouvidoria					

Indicador 08: Índice de extinção de punibilidade pela prescrição						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos com sentença de extinção da punibilidade pela prescrição na 1ª instância.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de sentenças de extinção da punibilidade pela prescrição} / \text{total de sentenças criminais proferidas}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Seplag					
Linha de base	18,5%					
Descrição da Meta	Reduzir para 5,0% o percentual de processos extintos pela prescrição até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	17,5%	16,0%	11,0%	9,0%	7,0%	5,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Indicador 09: Índice de audiências realizadas						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de audiências realizadas com base nas informações constantes dos sistemas processuais na 1ª instância.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de audiências realizadas} / \text{total de audiências agendadas}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Seplag					
Linha de base	44,7%					
Descrição da Meta	Aumentar para 65,0% o percentual de audiências realizadas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	48,0%	51,0%	54,0%	57,0%	61,0%	65,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 10: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente excluídos os suspensos e sobrestados (Meta 1)						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos julgados em relação ao total de distribuídos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$[(\text{total de processos julgados} - 1) / \text{total de processos distribuídos}] \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	85,7%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					

Indicador 11: Identificar e julgar, até 31/12, processos distribuídos até o ano-base, conforme percentual definido pelo CNJ (Meta 2)						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de julgamentos em processos antigos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{total de processos julgados} / \text{total de processos enquadrados na meta}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas					



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

dados	Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	89,6%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					

Indicador 12: Identificar e julgar, até 31/12, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até o ano-base, conforme percentual definido pelo CNJ (Meta 4)						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de julgamentos em processos relacionados à improbidade administrativa ou a crimes contra a Administração Pública.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{total de processos julgados} / \text{total de processos enquadrados na meta}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	49,2%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					

Indicador 13: Taxa de congestionamento						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	63,8%					
Descrição da Meta	Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	61,6%	57,7%	54,0%	49,5%	44,9%	39,5%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					
Cogestores por	2015	2016	2017	2018	2019	2020



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Instância						
2º Grau (Sejud)	59,4%	56,4%	52,4%	49,4%	45,4%	40,4%
1º Grau (Corregedoria-Geral da Justiça)	62,0%	58,0%	54,0%	49,0%	44,0%	38,0%
Turmas Recursais	65,5%	64,5%	62,5%	60,5%	58,5%	56,5%
Juizados Especiais (Corregedoria-Geral da Justiça)	59,8%	56,8%	53,8%	49,8%	45,8%	40,8%

Indicador 14: Taxa de congestionamento na fase de execução						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos em fase de execução que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	69,6%					
Descrição da Meta	Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 57,6% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	67,6%	65,6%	63,6%	61,6%	59,6%	57,6%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					
Cogestores das Metas	Magistrados a serem designados para atuar na: 1) execução judicial não criminal; 2) execução fiscal; e 3) execução extrajudicial não fiscal.					

Indicador 15: Índice de unidades judiciárias contempladas com secretaria única						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de unidades judiciárias das Comarcas de entrância final com secretaria única.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{n}^\circ \text{ de unidades contempladas} / \text{total de unidades de entrância final}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Assessoria de Articulação Interna para o 1º Grau					
Linha de base	8,8%					
Descrição da Meta	Contemplar 100% das unidades judiciárias das Comarcas de entrância final com secretaria única até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

	17,7%	29,4%	44,1%	61,8%	79,4%	100,0%
Gestor das Metas	Assessoria de Articulação Interna para o 1º Grau					

Indicador 16: Índice de casos novos eletrônicos						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do Indicador	Mede o percentual de casos novos eletrônicos.					
Frequência de Medição	Mensal					
Como medir	(Quantidade de casos novos eletrônicos / Quantidade de casos novos) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Obter 100,0% de casos novos eletrônicos até 2020.					
Metas Anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	48,0%	49,0%	51,0%	57,0%	85,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 17: Índice de governança do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a governança judiciária.					
Descrição do indicador	Mede o nível de Governança do Poder Judiciário cearense com base em instrumento de mensuração validado e reconhecido sobre Governança Pública.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Resultado obtido no instrumento de mensuração da Governança utilizado.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Elevar o nível de Governança para 90,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	50,0%	75,0%	80,0%	85,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 18: Índice de cumprimento das metas estratégicas anuais*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a governança judiciária.					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das metas do Plano Estratégico 2015-2020 em relação às metas do ano vigente no intuito de mensurar seus efetivos acompanhamento e mensuração.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% cumprimento das metas do Plano Estratégico 2015-2020 em relação às metas do ano vigente. Para o cálculo, serão utilizados todos os indicadores do Plano Estratégico					



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

	2015-2020, excluindo o resultado do próprio indicador nº 18. Inicialmente, serão utilizados pesos que podem variar de 1 a 3, conforme o objetivo estratégico relacionado ao indicador. Para obtenção do resultado final, será calculada a média ponderada considerando os pesos e o percentual de cumprimento de cada indicador. Caso o indicador não tenha informação no ano vigente, deverá ser desconsiderado do cálculo.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	73,4%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 19: Índice de incremento das audiências de mediação e conciliação nos Cejuscs*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão consensual de conflitos.					
Descrição do indicador	Mede o quantitativo de audiências de mediação e conciliação realizadas no âmbito dos Cejuscs.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento nas audiências de mediação e conciliação realizadas no âmbito dos Cejuscs em relação ao ano base.					
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					
Linha de base	7.446 audiências (2017)					
Descrição da Meta	Elevar o índice de audiências de mediação e conciliação nos Cejuscs para 50,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Audiências realizadas	-	-	-	8.190	9.307	11.169
Incremento	-	-	-	10,0%	25,0%	50,0%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 20: Índice de incremento de acordos processuais homologados*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão consensual de conflitos.					
Descrição do indicador	Mede o quantitativo de acordos processuais homologados.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento na quantidade de acordos processuais homologados (renúncia, transação e reconhecimento de procedência) em relação ao ano base.					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas					



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

dados	Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	61.084 acordos processuais homologados em 2015					
Descrição da Meta	Elevar o índice de acordos processuais homologados para 15,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acordos Processuais Homologados	61.084	65.360	67.192	64.138	67.192	70.247
Incremento	-	7,0%	10,0%	5,0%	10,0%	15,0%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 21: Índice de incremento de acordos pré-processuais homologados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão consensual de conflitos.					
Descrição do indicador	Mede o quantitativo de acordos pré-processuais homologados.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento na quantidade de acordos pré-processuais homologados em relação ao ano base.					
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					
Linha de base	1.250 acordos pré-processuais em 2017					
Descrição da Meta	Aumentar o número de conciliações pré-processuais realizadas em 40,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Conciliações Pré-processuais	-	-	-	1.400	1.562	1.750
Incremento	-	-	-	12,0%	25,0%	40,0%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

(-) Não disponível.

Indicador 22: Índice de execução do Plano para Aprimoramento da Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes*	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano para Aprimoramento da Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	% de cumprimento das metas do plano para aprimoramento da gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.
Responsável pelos dados	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes
Linha de base	Não disponível
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Vice-Presidência					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 23: Identificar e julgar, até 31/12, ações coletivas distribuídas até o ano-base, conforme percentual definido pelo CNJ (Meta 6)						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de julgamentos em ações coletivas					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{total de processos julgados} / \text{total de processos enquadrados na meta}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	69% (2017)					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					

(-) Não disponível.

Indicador 24: Índice de avaliações das edificações						
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura adequada.					
Descrição do indicador	Mede a qualidade da infraestrutura por meio de avaliações técnicas envolvendo as instalações físicas e o mobiliário das unidades do Poder Judiciário cearense, bem como dos resultados na pesquisa de satisfação com a infraestrutura envolvendo as instalações físicas e o mobiliário.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	$[(\text{média dos índices de avaliação das edificações}) + (\text{média dos índices de avaliação do mobiliário das unidades}) + (\text{resultado do índice de satisfação com a infraestrutura})] / 3$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
Linha de base	46,29% (2017)					
Descrição da Meta	Definição das metas após elaboração do Plano de Obras, Reformas e Modernizações.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	47,0%	48,2%	49,3%
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

(-) Não disponível.



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Indicador 25: Índice de execução do Plano de Obras, Reformas e Modernizações*						
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura adequada.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de execução do Plano de Obras, Reformas e Modernizações do Poder Judiciário do Estado do Ceará, o qual contempla o passivo de reformas, construções, aquisições de mobiliário e modernizações no âmbito de engenharia e manutenção.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do Plano de Obras, Reformas e Modernizações.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 26: Índice de incremento em investimento*						
Objetivo Estratégico:	Garantir a infraestrutura adequada.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de recursos do Fundo de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju) e do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg) aplicados em investimentos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento em investimento com relação ao ano anterior.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 8.716.361,41 (investimento 2016)					
Descrição da Meta	Aumentar anualmente em 5,0% o valor gasto com investimentos em relação ao valor realizado no ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	Investimento 2016 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2017 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2018 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2019 + variação da UFIRCE + 5%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Indicador 27: Índice de capacitação nas competências profissionais						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores que foram capacitados nas competências específicas dos cargos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de servidores capacitados} / \text{total de servidores}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Elevar o percentual de servidores capacitados nas competências profissionais para 80,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	30,0%	40,0%	67,0%	70,0%	75,0%	80,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 28: Índice de servidores efetivos						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores efetivos em relação à força de trabalho total.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de servidores efetivos} / \text{força de trabalho total}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Elevar o índice de servidores efetivos para 66,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	30,0%	40,0%	60,0%	64,0%	65,0%	66,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 29: Índice de aprimoramento de magistrados*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de magistrados capacitados em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de magistrados que tiveram no mínimo 40h de capacitações credenciadas pela ENFAM} / n^{\circ} \text{ total de magistrados}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	26,2% (2017)					
Descrição da Meta	Elevar o índice de aprimoramento de magistrados para 33,0% até 2020.					
Metas Anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

	-	-	-	27,0%	30,0%	33,0%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 30: Índice de governança em gestão de pessoas						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o aprimoramento da Gestão de Pessoas por meio da implantação de práticas de governança em gestão de pessoas (instrumento de avaliação GovPessoas) e do resultado da pesquisa de clima organizacional.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(% de atendimento ao questionário GovPessoas + % de avaliações positivas na pesquisa de clima organizacional) / 2					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Elevar o índice de avaliação da Gestão de Pessoas em 65,0% até 2020.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Questionário GovPessoas	20,0%	30,0%	46,0%	72,0%	75,0%	78,0%
Pesquisa de Clima	70,0%	72,0%	68,0%	70,0%	72,0%	75,0%
Metas anuais	45,0%	51,0%	57,0%	71,0%	73,5%	76,5%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 31: Percentual de unidades em conformidade com a lotação paradigma*	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.
Descrição do indicador	Mede o percentual das unidades de apoio direto à atividade judicante (judiciárias e não judiciárias) que estão em conformidade com a lotação paradigma (calculada com base nos parâmetros previstos na Resolução CNJ nº 219/2016).
Frequência de medição	Anual
Como medir	% de unidades com a força de trabalho em conformidade com tabela de lotação paradigma. Consideram-se unidades em conformidade aquelas que possuem força de trabalho equivalente ao quantitativo indicado pela tabela de lotação paradigma ou que não possuam superávit ou déficit maior do que 1 servidor.
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas
Linha de base	48,9%
Descrição da Meta	Elevar o percentual de unidades em conformidade com a lotação paradigma para 65,0% até 2020.



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	52,0%	55,0%	60,0%	65,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 32: Índice de execução do Plano de Gestão de Pessoas*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de execução do Plano de Gestão de Pessoas, elaborado com base nas diretrizes da Resolução nº 240/2016 do CNJ.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do Plano de Gestão de Pessoas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 33: Índice de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.					
Descrição do indicador	Mede a adequação das práticas de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ao instrumento de avaliação iGovTIC-JUD (Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário – CNJ).					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	% de atendimento ao Questionário “Perfil iGovTIC-JUD”					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	50,0%					
Descrição da Meta	Elevar o índice de governança de TIC em 90,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	57,0%	63,0%	70,0%	75,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Indicador 34: Índice de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.					
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano Estratégico de TIC 2015-2020.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	<p>% cumprimento das metas do Plano Estratégico de TIC 2015-2020 em relação às metas do ano vigente.</p> <p>Para o cálculo, serão utilizados todos os indicadores do Plano Estratégico de TIC 2015-2020, excluindo o resultado do próprio indicador de execução do Plano Estratégico de TIC. Inicialmente, serão utilizados pesos que podem variar de 1 a 3, conforme o objetivo estratégico relacionado ao indicador. Para obtenção do resultado final, será calculada a média ponderada considerando os pesos e o percentual de cumprimento de cada indicador. Caso o indicador não tenha informação no ano vigente, atribuir valor “zero”.</p>					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	91,37%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 35: Índice de incremento da arrecadação*						
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.					
Descrição do indicador	Mede o incremento nas receitas oriundas do Fundo de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento nas receitas oriundas do Fermoju em relação ao ano anterior.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 108.027.779,93 (arrecadação 2015)					
Descrição da Meta	Aumentar anualmente em 4,0% o valor arrecadado em relação ao valor do ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	R\$129.952.594,00	Arrecadação 2017 +	Arrecadação 2018 +	Arrecadação 2019 + variação da UFIRCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

				variação da UFIRCE + 4,0%	variação da UFIRCE + 4,0%	+ 4,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 36: Índice de receita própria em custeio e investimento*						
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.					
Descrição do indicador	Mede o percentual das despesas de custeio e investimento previstas para o exercício (exceto despesas pagas em folha), que são lastreadas por arrecadação própria.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{receita total} / \text{despesa prevista}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Elevar o índice de receita própria para 90,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	86,7%	88,5%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2018.

Indicador 37: Índice de execução do orçamento planejado*						
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.					
Descrição do indicador	Mede o percentual das despesas de custeio e investimento previstas para o exercício (exceto despesas pagas em folha), que foram executadas.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{orçamento executado} / \text{despesa prevista}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	74,8% (2017)					
Descrição da Meta	Elevar o percentual de execução do orçamento para 95,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	88,0%	91,5%	95,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2018.



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Indicador 38: Índice de execução do Plano de Logística Sustentável						
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.					
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do PLS-PJ.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura, Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Gestão de Pessoas.					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	25,0%	40,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Núcleo Socioambiental					

V – Lista de Programas Estratégicos

Nº	Programa	Benefícios organizacionais
1	Ampliação da comunicação com a Sociedade	Aprimoramento e ampliação dos canais de comunicação com a sociedade
		Melhoria da acessibilidade
		Promoção de discussões e debates com a sociedade
		Melhoria da imagem do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Criação da identidade visual do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Fortalecimento e capilarização da Ouvidoria
		Fortalecimento da Assessoria de Comunicação
2	Aprimoramento da Gestão de Pessoas	Capacitação dos servidores nas competências específicas
		Aperfeiçoamento da capacitação dos magistrados
		Aprimoramento da governança em gestão de pessoas
		Melhoria da distribuição e adequação da força de trabalho
		Criação da Universidade Corporativa do Poder Judiciário cearense
3	Aperfeiçoamento da Gestão Financeira	Incremento da arrecadação
		Otimização da gestão de custos
4	Desenvolvimento da Governança Corporativa	Aprimoramento do modelo de gestão
		Otimização da execução da estratégia
		Desenvolvimento da governança de TIC
		Aprimoramento da gestão participativa
5	Melhoria da estrutura física e de TIC	Melhoria na oferta de serviços de gestão patrimonial e de material para as comarcas do interior
		Ampliação e aprimoramento da infraestrutura de TIC



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

		Ampliação do número de unidades judiciárias com processo eletrônico
		Ampliação da acessibilidade física e digital
		Melhoria da infraestrutura física
		Aprimoramento da segurança institucional (física, logística e da informação)
6	Excelência no desempenho da prestação jurisdicional	Criação de cargo de assessor de magistrado de 1º grau
		Melhoria e ampliação do atendimento ao jurisdicionado
		Contribuição para o cumprimento de metas nacionais
		Aprimoramento da Justiça criminal
		Adequação e ampliação dos Juizados Especiais
		Aprimoramento da gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
		Aumento da efetividade na prestação jurisdicional
		Reestruturação e aprimoramento das execuções fiscais e cíveis
		Efetividade na realização das audiências
		Otimização e uniformização dos serviços por especialidade
		Redução das taxas de congestionamento
		Reconhecimento das unidades judiciárias com desempenho satisfatório
Ampliação das parcerias com instituições externas		
7	Otimização Organizacional	Padronização e transformação de processos de trabalho judiciais e administrativos
		Ampliação do número de secretarias únicas
		Reestruturação organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Readequação das competências das varas de forma a especializá-las
		Estabelecimento de sistemática para aprimorar a gestão de processos de trabalho
		Padronização de procedimentos relativos à comunicação interna
		Estabelecimento de sistemática para a gestão documental
8	Redução da judicialização de conflitos	Fortalecimento da oferta das soluções alternativas de conflitos
		Criação de centros judiciais de soluções alternativas de conflitos



PROJETOS ESTRATÉGICOS

6 AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE PROJETOS

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), o qual foi criado por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20 de dezembro de 2011. Institucionalmente, há duas figuras que se envolvem diretamente com o gerenciamento de projetos: o gerente de projetos e o patrocinador.

As atribuições do Escritório, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os Patrocinadores e gerentes na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

O gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o patrocinador é aquele que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do gerente de projetos.

Para acompanhar a evolução de suas práticas relativas ao gerenciamento de projetos, o TJCE adota um modelo de avaliação e medição da sua maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais. Ou seja, a maturidade em questão diz respeito ao grau de utilização de gerenciamento de projetos na Organização.

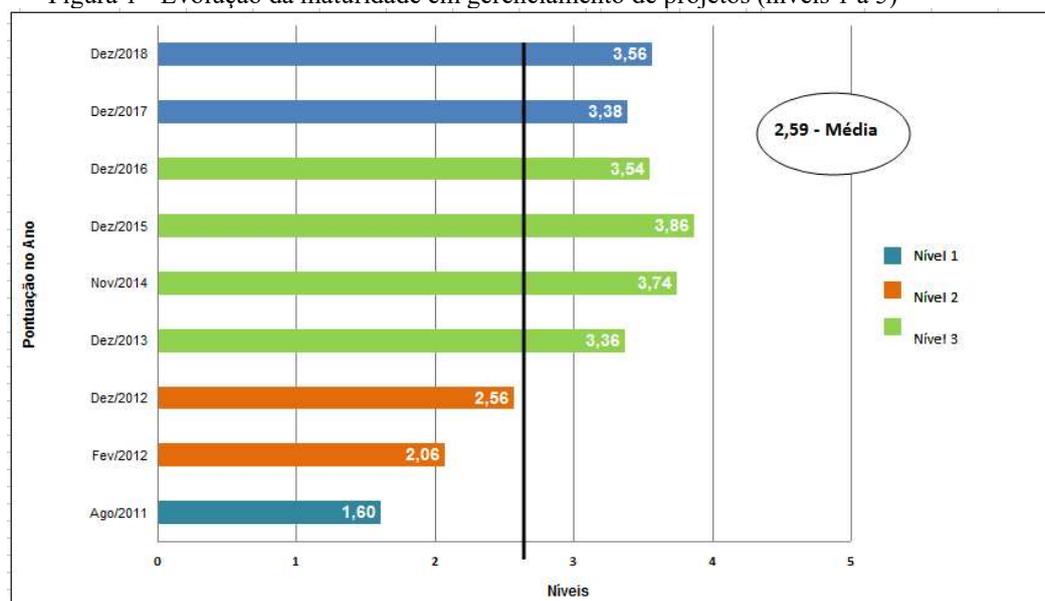
Desde agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, é realizada avaliação anual (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, que classifica em cinco os níveis de maturidade) para identificar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do Estado do Ceará (PJCE). Considerando essas avaliações, foram empreendidas diversas ações, no período de 2011 a 2018, com o intuito de aumentar o nível de maturidade em gerenciamento de projetos da instituição.



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

O resultado geral da avaliação de maturidade em gestão de projetos no PJCE no ano de 2018 foi 3,56 (Figura 2), estando, mais uma vez, acima da média Nacional e enquadrada no nível 3 do MMGP. Esse nível pressupõe um cenário onde um modelo padrão de gestão de projetos já foi implementado e está em uso.

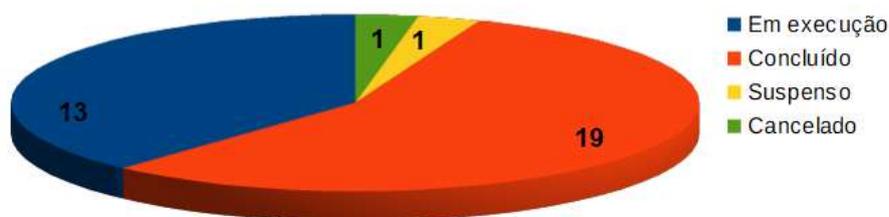
Figura 1 - Evolução da maturidade em gerenciamento de projetos (níveis 1 a 5)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ECP

Os gráficos e as tabelas a seguir mostram o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da gestão 2017-2019 e relacionados ao Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Figura 2 - Projetos Estratégicos – Status



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ECP



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Quadro 1 - Projetos estratégicos da gestão 2017-2019 concluídos até dezembro de 2018.

Unidade Responsável	Projeto	Data de Conclusão
AUDIN	Informatização das atividades de Auditoria	22/05/2018
CGJ	Desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento dos Serviços Extrajudiciais (SASE)	11/12/2017
COMINF	Implantação do SAJ no Interior	18/10/2018
COMINF	Implantação de videoconferência	06/12/2018
ESMEC	Aprimoramento administrativo e pedagógico da Esmec	12/06/2018
FCB	Criação da Central Única de Atendimento ao Jurisdicionado	30/11/2018
SEADI	Adaptação do prédio para funcionamento do Fórum de Iracema	21/03/2018
SEADI	Adaptação de residência oficial para funcionamento do Fórum de Independência	24/08/2017
SEADI	Adaptação de residência oficial para funcionamento do Fórum de Santa Quitéria	25/09/2017
SEADI	Construção do Novo Fórum de Itapajé	19/12/2018
SEADI	Construção do Novo Fórum de Russas	18/01/2019
SEFIN	Aprimoramento da gestão da despesa	24/05/2018
SEJUD	Análise, racionalização e manualização dos processos dos setores integrantes da Secretaria Judiciária	18/09/2017
SEJUD	Implantação da citação e intimação eletrônica no SAJSG	12/11/2018
SEPLAG	Desenvolvimento do Modelo de Governança Orçamentária	25/05/2018
SETIN	Implantação do Programa de Segurança Corporativa da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará	23/05/2018
SETIN	Aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	19/12/2017
SUPJUD	Aprimoramento da Justiça Criminal	20/11/2018
SUPJUD	Expansão dos serviços da Coordenadoria Integrada de Apoio à Área Criminal (CIAAC)	05/12/2018

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



RELATÓRIO CONSOLIDADO DE METAS POR EIXO, ÁREA TEMÁTICA E PROGRAMA

Tabela 1 - Relatório Consolidado de Metas por Eixo, Área Temática e Programa

CÓD.	EIXO	CÓD.	ÁREA TEMÁTICA	CÓD.	PROGRAMA	CÓD.	META	QTD. PROGRAMADA 2018	QTD. REALIZADA 2018
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	1	MELHORIA DA ESTRUTURA PARA A OFERTA DOS SERVIÇOS JUDICIAIS	19	252
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	02	AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	10	12
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	03	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA PARA OFERTA DOS SERVIÇOS JUDICIAIS	470	469
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	039	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	01	MELHORIA DA QUALIDADE DOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO CRIMINAL	2	0
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	39	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	02	ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ENVIO DOS PROCEDIMENTOS POLICIAIS AO PODER JUDICIÁRIO	5	6
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	039	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	03	ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ENVIO DOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PRISIONAIS AO PODER JUDICIÁRIO	2	6
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	039	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	04	EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À ÁREA CRIMINAL	38	28
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	39	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	05	MELHORIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	1	0

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 4 unidades orçamentárias em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FER-MOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47;
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ - CNPJ 28.686.205/0001-91

Cada um destes órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2018:

Tabela 2 – Execução Orçamentária 2018 – FECDOJ

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	Acumulado até: DEZEMBRO	
					% Emp.	% Pago
04200004 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	9.812.374,00	9.812.374,00	9.411.183,73	9.411.183,73	95,91	95,91
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.812.374,00	9.812.374,00	9.411.183,73	9.411.183,73	95,91	95,91
Total Geral	9.812.374,00	9.812.374,00	9.411.183,73	9.411.183,73	95,91	95,91

Fonte: Secretaria de Finanças

O FECDOJ, dentro desta quádrupla estrutura orçamentária e financeira, apresenta ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 3 – Execução Orçamentária 2018 – FECDOJ – Outras Despesas Correntes

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	Acumulado até: DEZEMBRO	
					% Emp.	% Pago
04200004 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	9.812.374,00	9.812.374,00	9.411.183,73	9.411.183,73	95,91	95,91
339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	937.254,00	937.254,00	882.169,82	882.169,82	94,12	94,12
339093 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.875.120,00	8.875.120,00	8.529.013,91	8.529.013,91	96,10	96,10
Total Geral	9.812.374,00	9.812.374,00	9.411.183,73	9.411.183,73	95,91	95,91

Fonte: Secretaria de Finanças



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Importante destacar que as informações orçamentárias, financeiras e contábeis no Estado do Ceará são produzidas e geridas pela Secretaria de Fazenda do Estado, não tendo o Tribunal de Justiça interferência sobre os demonstrativos ora disponibilizados.

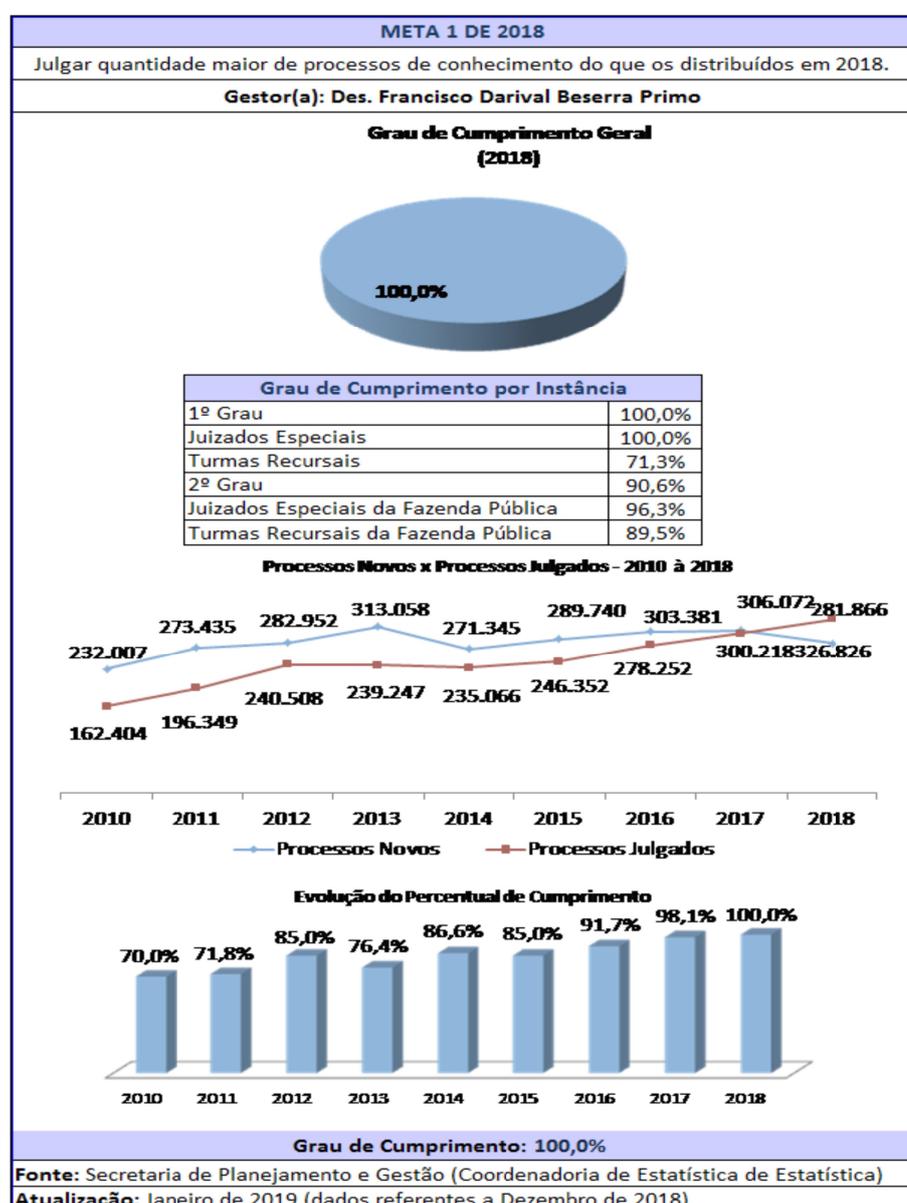


INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

7 METAS NACIONAIS 2018

Como resultado geral das ações empreendidas em 2018 em prol do cumprimento das Metas Nacionais pelo TJCE, registram-se os julgamentos de 281.866 processos da meta 1 de 2018; 73.061 processos da meta 2 de 2018; 444 processos da meta 4 de 2018 e 450 processos da meta 6 de 2018, conforme se observa nas figuras a seguir.

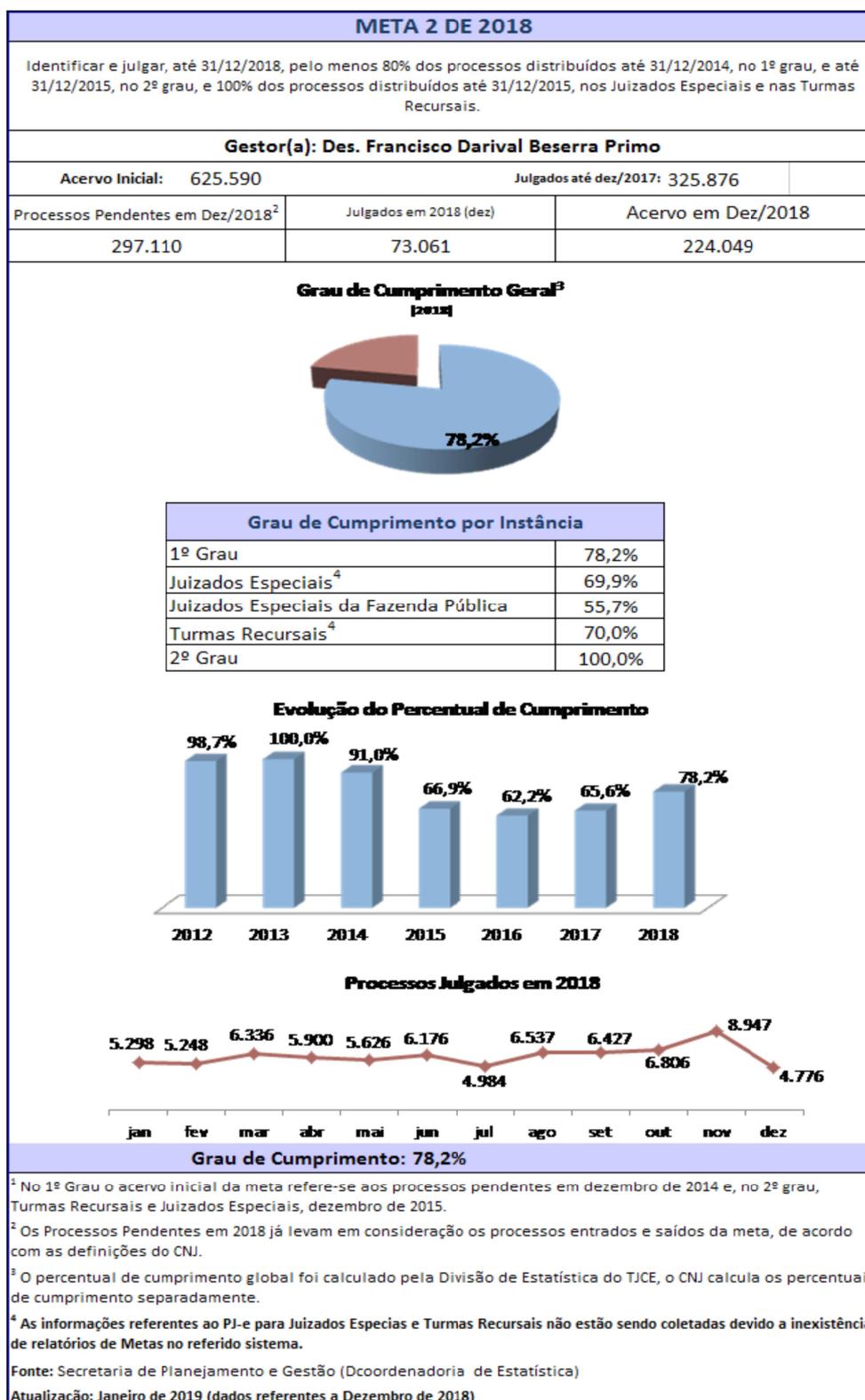
Figura 3 – Painel de acompanhamento da Meta 1 de 2018 (Resultado Final)





Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

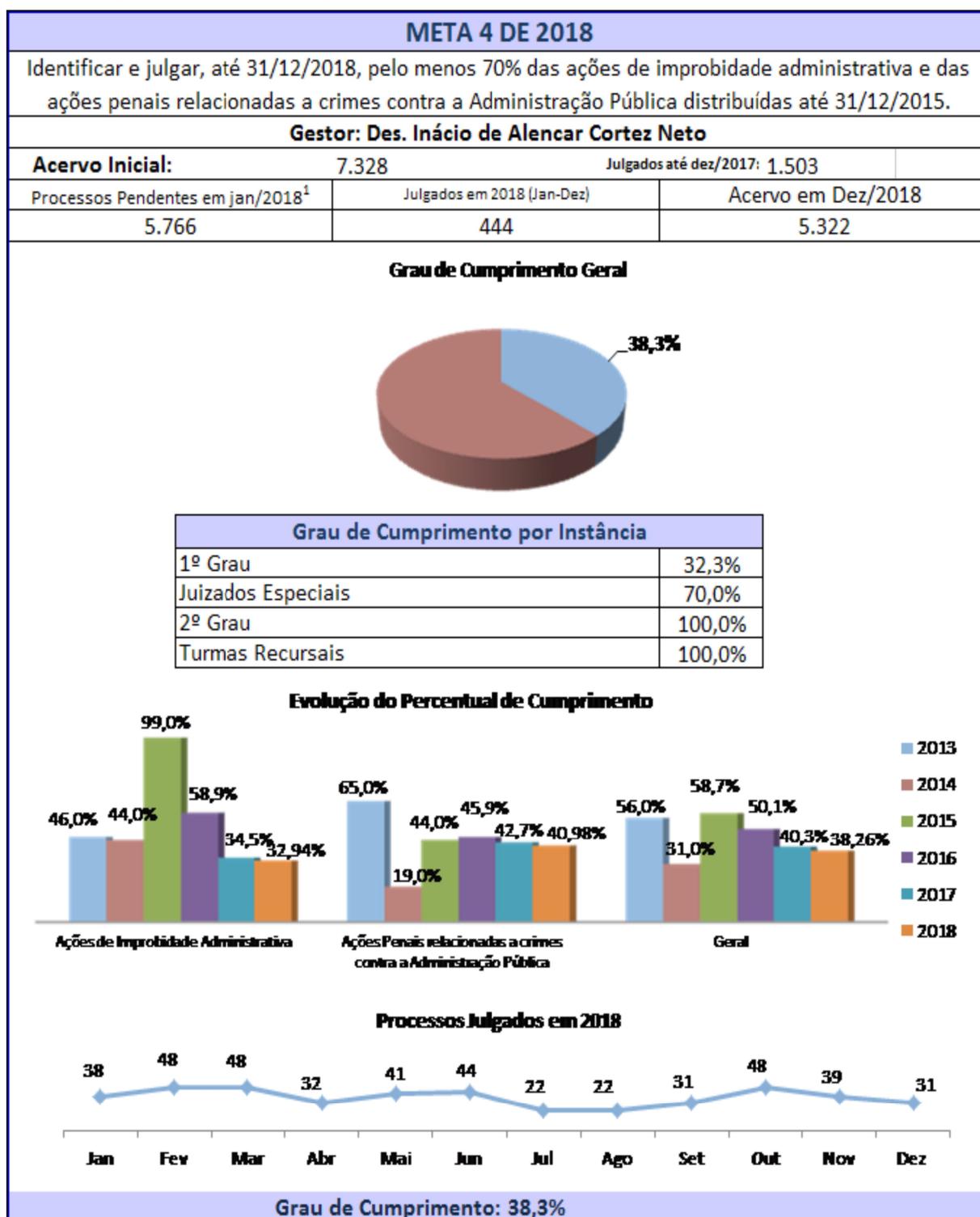
Figura 4 – Painel de acompanhamento da Meta 2 de 2018 (Resultado Final)





Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Figura 5 – Painel de acompanhamento da Meta 4 de 2018 (Resultado Final)

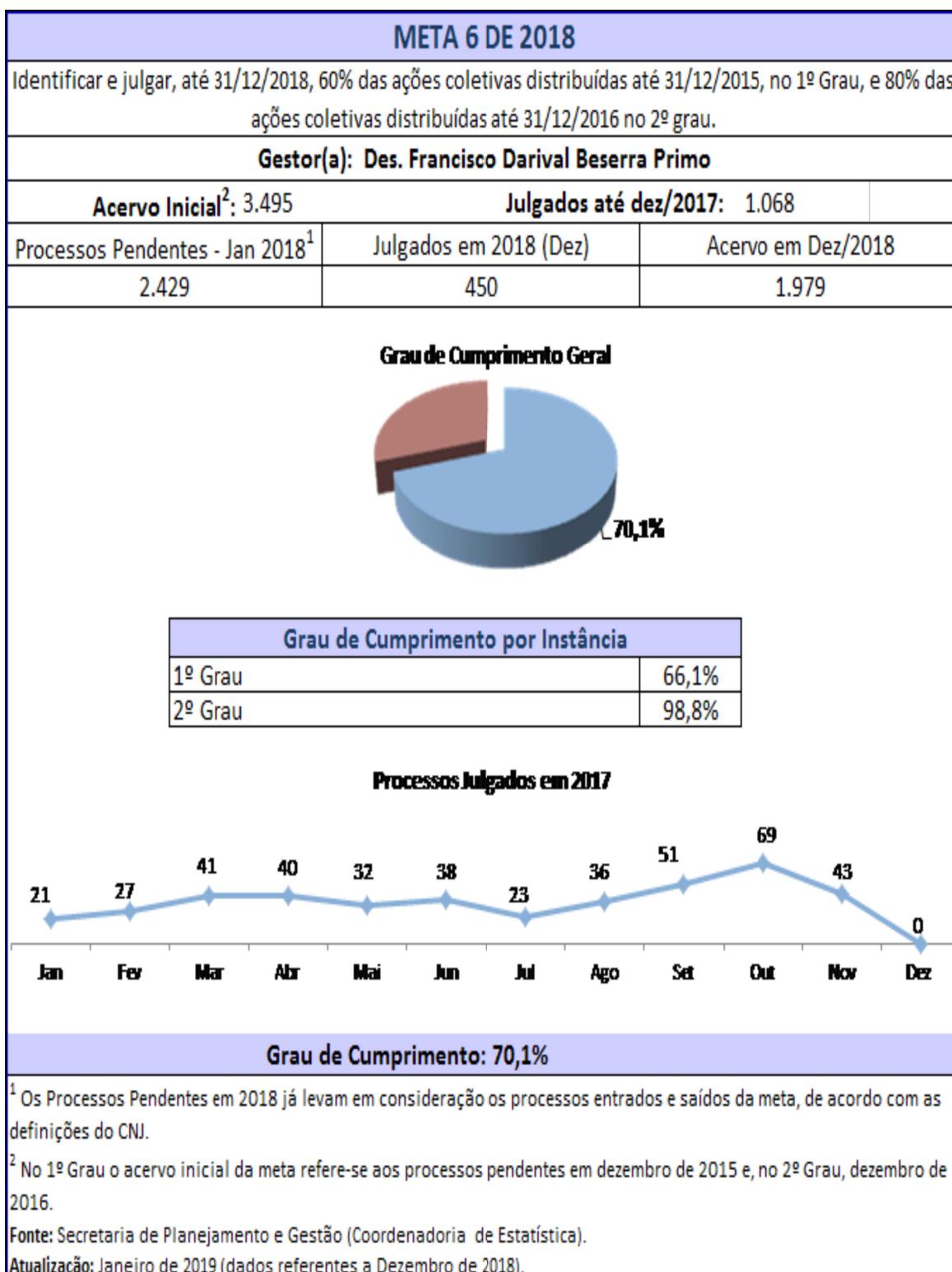


Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Figura 6 – Painel de acompanhamento da Meta 6 de 2018 (Resultado Final)





8 JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números” que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacionais relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual. Observe-se que a última edição do Justiça em Números foi lançada em meados de 2018, com dados referentes ao ano de 2017.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, *natureza* (se processo de conhecimento ou execução) e *recorribilidade*. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ):

Tabela 4 - Justiça em Números 2018: Casos em Geral

CASOS EM GERAL	
2º GRAU	
Casos Novos no 2º Grau Criminais	10.918
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	23.993
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	15.414
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	43.581
Recursos Internos no 2º Grau	6.522
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	22.863
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	12.231
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	25.531
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	7.376
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	20.872
1º GRAU – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	51.499
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	154.121
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	196.833
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	519.176
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	6.093
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	6.678
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	55.227
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	164.950
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	52.367
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	178.131
1º GRAU – EXECUÇÃO	
Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	18.650



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	7.288
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	155.197
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	57.329
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	1.301
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	6.584
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	18.580
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	4.188
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	23.830
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	54.139
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	19.003
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	7.327
Incidentes de Execução Fiscal Julgados no 1º Grau	165
Incidentes de Execução Julgados no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	57
Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	123.704
Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	94.367
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	22.333
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	4.242
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	603
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	22.234
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	16.593
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	25.535
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	4.787
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	826
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	2.319
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	14.517
TURMA RECURSAL	
Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	164
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	14.970
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	130
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	21.904
Recursos Internos nas Turmas Recursais	1.436
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	404
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	272
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	10.521
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	118
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	11.704
JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	972
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	78.815
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	64.230
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	3.946
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	115.310
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	23
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	0
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	2.470
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	76.741
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	1.765
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	82.420
JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO	



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.059
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.764
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	1
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	7.309
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	3.292
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	124
Incidentes de Execução Julgados nos Juizados Especiais	0
Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	0
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	7.557
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	1
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	4.596
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	7.958
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	6.309

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 5 - Justiça em Números 2018: Recorribilidade

RECORRIBILIDADE	
2º GRAU	
Recursos à Instância Superior no 2º Grau	2.652
Acórdãos Publicados no 2º Grau	6.545
1º GRAU	
Recursos à Instância Superior no 1º Grau	27.427
Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	70.149
TURMA RECURSAL	
Recurso interno nas Turmas Recursais	1.436
JUIZADO ESPECIAL	
Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	2.547
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	8
Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	311
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	13.123

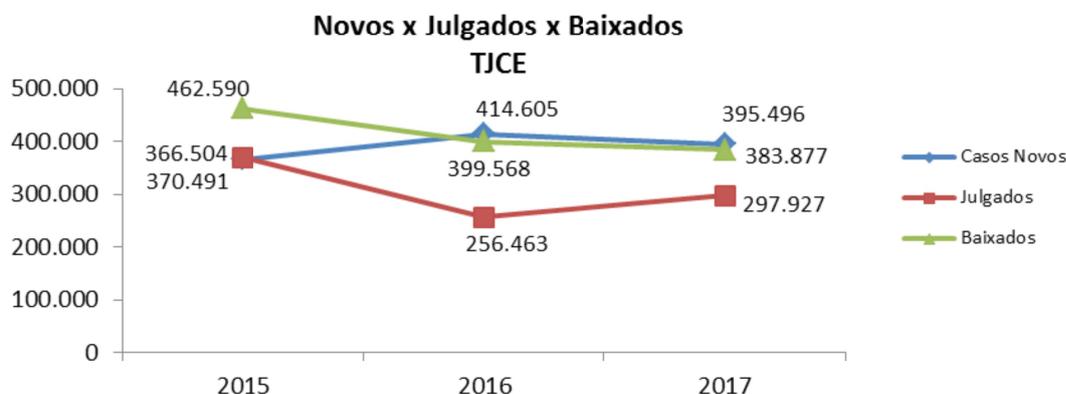
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2017, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação a exercícios anteriores:



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Figura 7 - Movimentação Processual do TJCE em 2017



Fonte: Fonte:

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 6 - Evolução do estoque, casos novos, julgados e baixados 2015-2017

Tribunal de Justiça	Estoque			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
2º Grau	68.969	62.259	66.566	31.789	34.903	29.843	60.093	26.936	25.777	78.935	40.703	28.971
1º Grau	1.011.992	996.891	968.008	249.300	318.589	296.299	230.841	172.237	204.777	323.948	300.469	286.829
Turmas Recursais	19.602	19.440	21.819	7.678	8.709	13.291	4.555	8.077	8.645	10.466	7.523	7.935
Juizados Especiais	60.376	62.797	109.359	77.737	52.404	56.063	75.002	49.213	58.728	49.241	50.873	60.142

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 7 - Carga de Trabalho dos Magistrados e Número de Decisões por Magistrado do TJCE – 2015-2017

Segmento	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
2º Grau	3.887	2.418	2.230	1.398	626	599
1º Grau	4.416	3.834	3.762	757	496	608
Turmas Recursais	6.080	3.018	3.048	911	897	865
Juizados Especiais	3.050	2.814	4.359	2.083	1.200	1.506
Média Geral	4.296	3.668	3.697	962	596	704

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 8 - Carga de Trabalho e Produtividade por Servidor – 2015-2017

Segmento	Casos Novos por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade por Servidor da Área Judiciária		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
2º Grau	65	84	83	161	98	80
1º Grau	80	90	102	111	92	107



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Turmas Recursais	295	335	391	403	289	233
Juizados Especiais	253	129	183	163	126	198
Média Geral	94	98	110	123	100	113

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

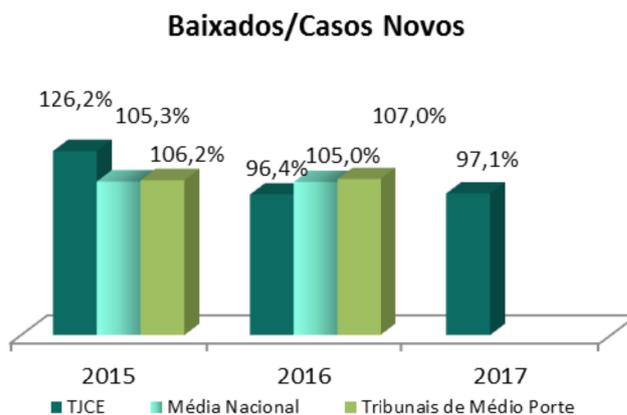
A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre baixados e pendentes no final de 2017, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução. Já a taxa de baixados por caso novo (Tb/Cn) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos, isto é, representa o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

Tabela 9 - Evolução da Taxa de Congestionamento – 2015-2017

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2015	2016	2017
2º Grau	46,6%	60,5%	69,7%
1º Grau	75,8%	76,8%	77,1%
Turmas Recursais	65,2%	72,1%	73,3%
Juizados Especiais	55,1%	55,2%	64,5%

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Figura 17 - Baixados/Casos Novos – 2015-2017



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

9 INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS

O Plano Estratégico 2015-2020 conta com 38 indicadores e metas. A seguir, apresentam-se os resultados de cumprimento do ano de 2018 de cada um dos indicadores do Plano Estratégico, bem como a evolução e as observações necessárias no final da planilha geral. Logo após, será apresentado a evolução anual de 2018 de acordo com o gestor responsável.

PLANILHA GERAL DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES - 2018

OBJETIVO	Nº	INDICADOR	DESCRIÇÃO DA META	FREQUÊNCIA	BASE	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	META	GESTOR DA META	RESPONSÁVEL PELOS DADOS	EVOLUÇÃO DA META 2018
						2015	2016	2017	2018	2018			
Visão: Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e oêere na promoção da Justiça	1	Índice de Eficiência	Elevar para 90,0% a eficiência do TJCE até 2020.	Anual	71,00%	83,40%	68,70%	65,00%	67,20%	82,00%	Presidência	Seplag	
	2	Índice de cumprimento da estratégia	Cumprir 100.% da estratégia até 2020.	Mensal	54,40%	-	-	52,70%	71,21%	70,00%	Seplag	Seplag	
	3	Índice de Satisfação do Jurisdicionado	Metas a Definir	Anual	47,50%	38,20%	35,50%	0,00%	-	-	Seplag	Seplag	Meta sem informação
Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça	4	Índice de execução do Plano de Acessibilidade	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020	Trimestral	Não disponível	-	-	50,00%	50,82%	100,00%	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão	
	5	Índice de satisfação com atendimento	Metas a Definir	Anual	Não disponível	-	-	-	-	-	Ouidoria	Seplag	Meta sem informação
Intensificar a interlocução com a Sociedade	6	Número de ações para promoção/ampliação dos canais de comunicação com a sociedade	Realizar 11 ações/parcerias até 2020	Mensal	Não disponível	1	3	5	8	7	Assessoria de Comunicação Social	Assessoria de Comunicação Social	
	7	Índice de aproximação do Judiciário com a sociedade	Alcançar anualmente 100% da metas de ações e de participantes até 2020	Mensal	Não disponível	100,00%	60,40%	56,30%	71,66%	100,00%	Ouidoria	Ouidoria	
Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.	8	Índice de extinção de punibilidade pela prescrição	Reduzir para 5% o percentual de processos extintos pela prescrição até 2020	Mensal	19,50%	19,20%	13,00%	14,10%	14,52%	9,00%	Corregedoria Geral de Justiça	Seplag	
	9	Índice de audiências realizadas	Aumentar para 65% o percentual de audiências realizadas até 2020	Mensal	44,70%	64,80%	59,30%	60,00%	84,83%	57,00%	Corregedoria Geral de Justiça	Seplag	



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.	10	Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente excluídos os suspensos e sobrestados	Alcançar anualmente 100% da meta até 2020	Mensal	85,70%	83,50%	91,70%	98,09%	100,00%	100,00%	Des. Francisco Darival Beserra Primo	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
	11	Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12, processos distribuídos até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020	Mensal	89,60%	66,90%	62,20%	65,56%	78,23%	100,00%	Des. Francisco Darival Beserra Primo	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
	12	Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020	Mensal	49,20%	58,70%	50,00%	40,25%	38,27%	100,00%	Des. Inácio de Alencar Cortez Neto	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
	13	Taxa de congestionamento	Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020	Mensal	63,80%	71,50%	74,20%	75,48%	72,16%	49,50%	Des. Francisco Darival Beserra Primo	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
	14	Taxa de congestionamento na fase de execução	Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 57,6% até 2020	Mensal	69,50%	82,20%	81,80%	86,83%	83,34%	61,50%	Des. Francisco Carneiro Lima	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
	15	Índice de unidades judiciárias contempladas com secretária única	Contemplar 100% das unidades judiciárias das Comarcas de entrância final com secretária única até 2020	Mensal	8,80%	20,80%	20,80%	20,80%	31,13%	61,80%	Assessoria de Articulação para o 1º grau	Assessoria de Articulação para o 1º grau	
	16	Índice de casos novos eletrônicos	Obter 100,0% de casos novos eletrônicos até 2020	Mensal	Não disponível	43,50%	73,90%	64,90%	63,45%	57,00%	Setin	Setin	



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

CONTINUAÇÃO DA PLANILHA GERAL DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2018

Aprimorar a Governança Judiciária	17	Índice de governança do Judiciário	Elevar o nível de prática de Governança para 90% até 2020	Anual	Não disponível	80,30%	74,70%	75,64%	80,28%	80,00%	Seplag	Seplag	✗
	18	Índice de cumprimento das metas estratégicas anuais	Alcançar anualmente 100,0% das metas até 2020	Mensal	73,40%	-	73,40%	72,47%	74,96%	100,00%	Seplag	Seplag	⚠
Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos	19	Índice de incremento das audiências de mediação e conciliação nos Cejusos	Elevar o índice de mediação e conciliação nos Cejusos para 50% até 2020	Mensal	7.446	-	-	7.837	16.507	8.190	Nupemec	Nupemec	✓
	20	Índice de incremento de acordos processuais homologados	Elevar o índice de acordos processuais homologados para 15% até 2020	Mensal	61.084	-	-	62.535	55.508	64.138	Nupemec	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setim	✗
	21	Índice de incremento de acordos pré-processuais homologados	Aumentar o número de conciliações pré-processuais realizadas em 40% até 2020.	Mensal	1.250	2.233	2.495	2.323	3.387	1.400	Nupemec	Nupemec	✓
Aprimorar a gestão das demandas repetitivas	22	Índice de execução do Plano para Aprimoramento da Gestão das Demandas Repetitivas	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020	Mensal	Não disponível	-	-	73,50%	63,00%	100,00%	Vice-Presidência	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes	✗
	23	Meta 6- Identificar e julgar, até 31/12, ações coletivas distribuídas até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ	Alcançar anualmente 100% da meta até 2020	Mensal	69,00%	43,61%	43,01%	40,74%	42,46%	100,00%	Des. Francisco Darival Beserra Primo	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setim	✗



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Garantir a infraestrutura adequada	24	Índice de avaliações das edificações	Definição das metas após elaboração do Plano de Obras, Reformas e Modernizações.	Anual	46,29%	-	-	-	48,07%	47,00%	Seadi	Seadi	
	25	Índice de execução do Plano de Obras, Reformas e Modernizações	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020.	Mensal	Não disponível	-	-	1,60%	77,76%	100,00%	Seadi	Seadi	
	26	Índice de incremento em Investimento	Aumentar anualmente em 5,0% o valor gasto com investimentos em relação ao valor realizado no ano anterior.	Mensal	R\$ 8.716.361,41	-	-	R\$ 12.679.469,76	R\$ 14.190.170,77	13.166.950,11	Seplag	Seplag e Sefn	
Aprimorar a Gestão de Pessoas	27	Índice de capacitação nas competências profissionais	Elevar o percentual de servidores capacitados nas competências profissionais para 80% até 2020.	Mensal	Não disponível	51,60%	63,80%	85,80%	99,58%	70,00%	SGP	SGP	
	28	Índice de servidores efetivos	Elevar o índice de servidores efetivos para 66,0% até 2020.	Mensal	Não disponível	57,20%	58,60%	82,70%	56,06%	64,00%	SGP	SGP	
	29	Índice de aprimoramento de magistrados	Elevar o índice de aprimoramento de magistrados para 33,0% até 2020.	Mensal	26,20%	-	-	26,23%	29,30%	27,00%	Esmec	Esmec	
	30	Índice de governança em gestão de pessoas	Elevar o índice de avaliação da Gestão de Pessoas em 65,0% até 2020.	Anual	Não disponível	54,60%	55,30%	68,96%	72,34%	71,00%	SGP	SGP	
	31	Percentual de unidades em conformidade com a lotação paradigma	Elevar o percentual de unidades em conformidade com a lotação paradigma para 65,0% até 2020.	Anual	48,90%	-	-	61,36%	60,12%	55,00%	SGP	SGP	
	32	Índice de execução do Plano de Gestão de Pessoas	Alcançar anualmente 100% da meta até 2020	Mensal	Não disponível	-	-	10,00%	-	100,00%	SGP	SGP	Meta sem Informação



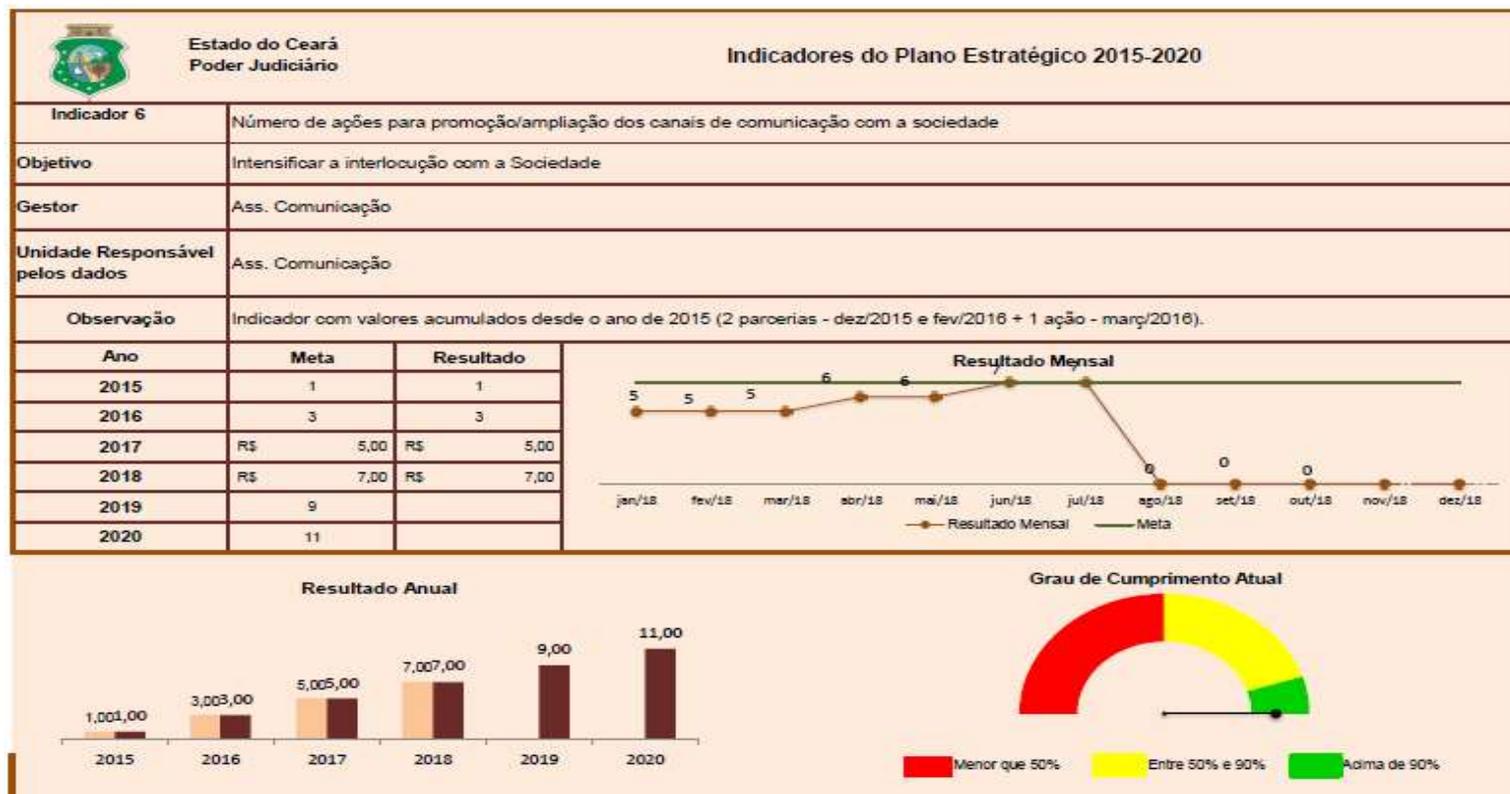
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	33	Índice de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Elevar o Índice de governança TIC em 90,0% até 2020.	Anual	50,00%	-	-	58,00%	65,00%	63,00%	Setm	Setm	
	34	Índice de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Atingir anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.	Mensal	91,37%	-	-	98,90%	99,55%	100,00%	Setm	Setm	
Garantir a Sustentabilidade financeira	35	Índice de incremento da arrecadação	Aumentar anualmente em 4,0% o valor arrecadado em relação ao valor do ano anterior.	Mensal	R\$ 108.027.779,93	-	-	R\$ 135.480.292,88	R\$ 131.283.269,11	R\$ 140.434.750,26	Setm	Setm	
	36	Índice de receita própria em custeio e investimento	Elevar o índice de receita própria para 90,0% até 2020.	Mensal	Não disponível	-	-	-	89,29%	86,70%	Setm	Setm	
	37	Índice de execução do orçamento planejado	Elevar o percentual de execução do orçamento para 95,0% até 2020.	Mensal	74,80%	-	-	-	96,83%	88,00%	Setm	Setm	
	38	Índice de execução do Plano de Logística Sustentável	Atingir anualmente 100% da meta até 2020	Mensal	Não disponível	Sem informação	20,00%	14,00%	21,13%	100,00%	Núcleo Socioambiental	Seadi, Setm e SGP	
Observações	(1) Indicadores sem dados no ano de 2018: 3, 5 e 32.												



Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

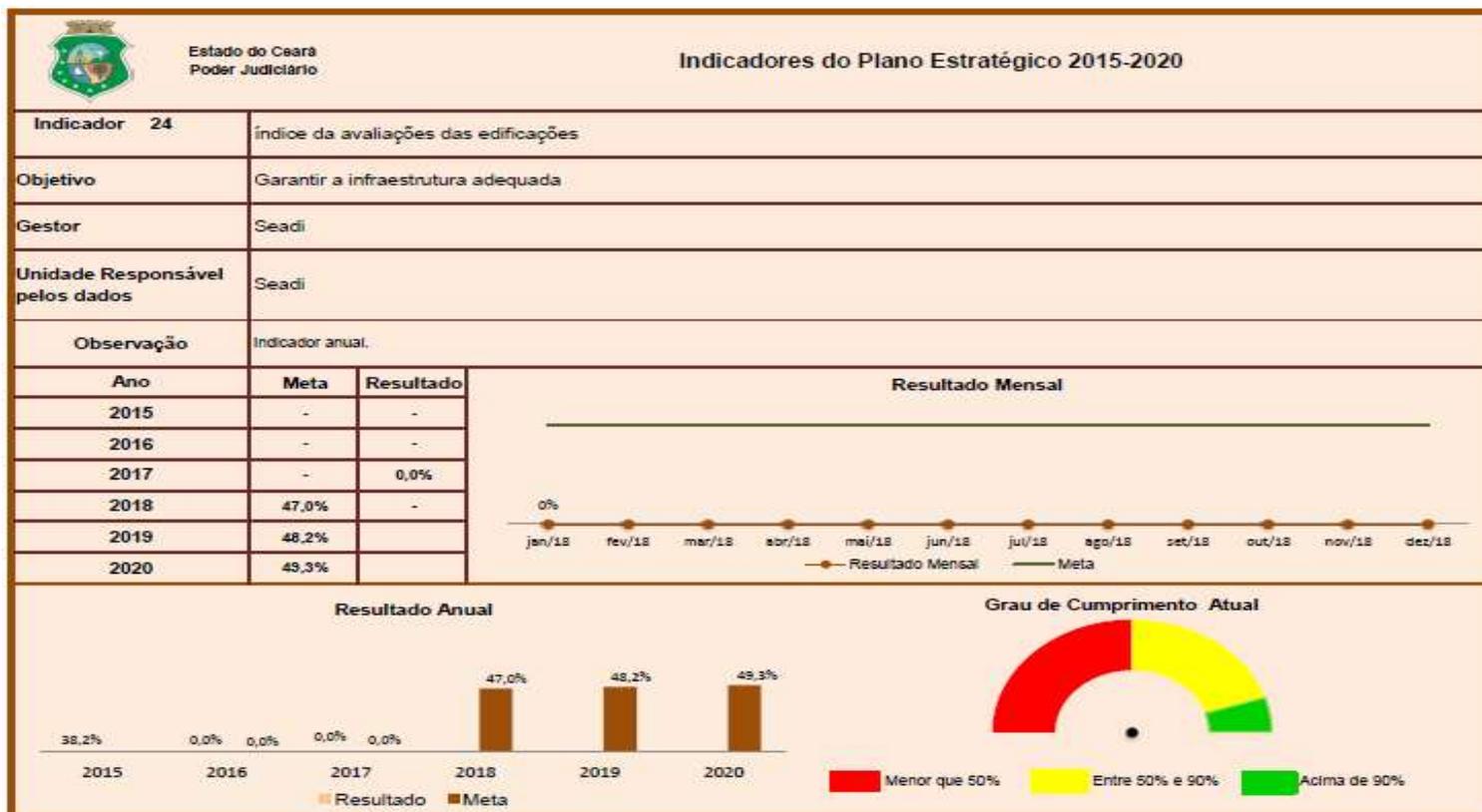
GESTOR: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO





Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

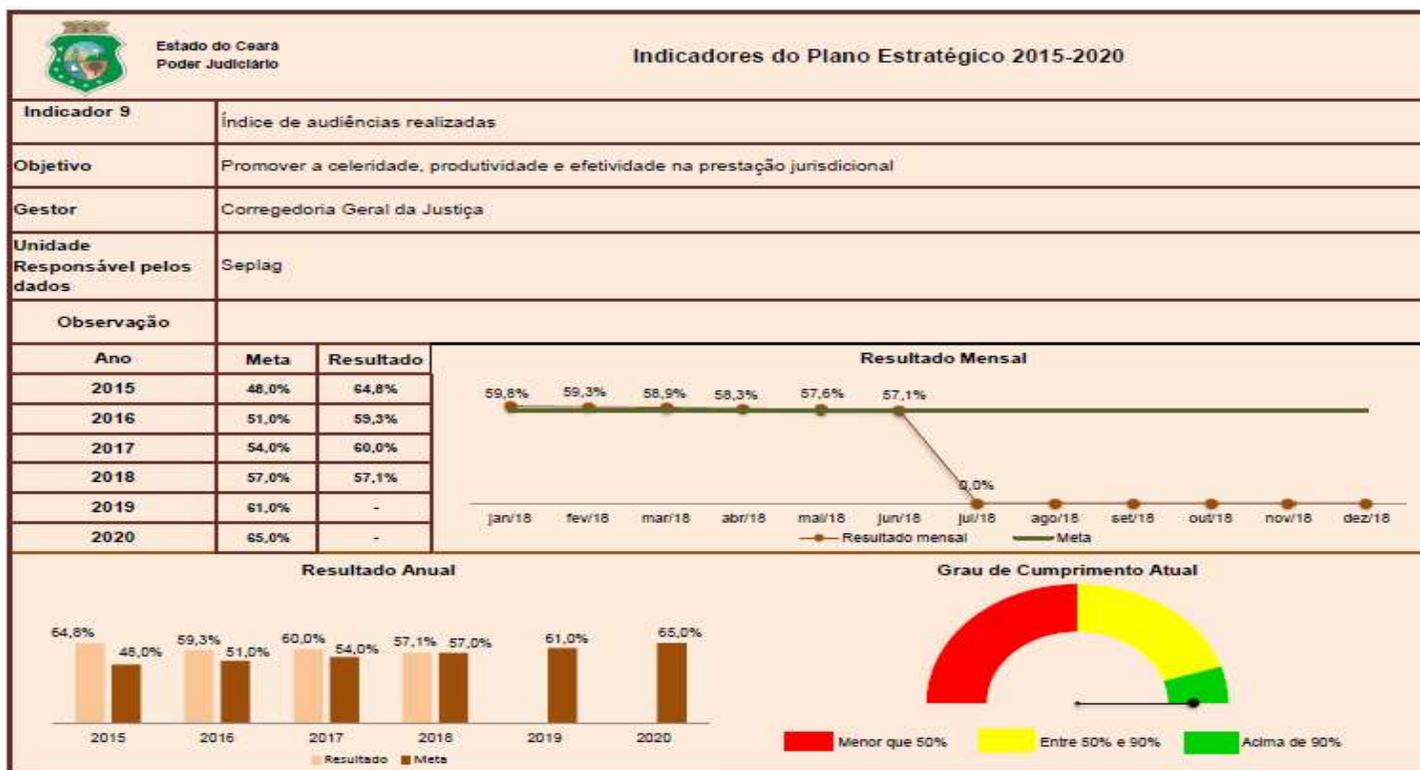
GESTOR: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA





Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

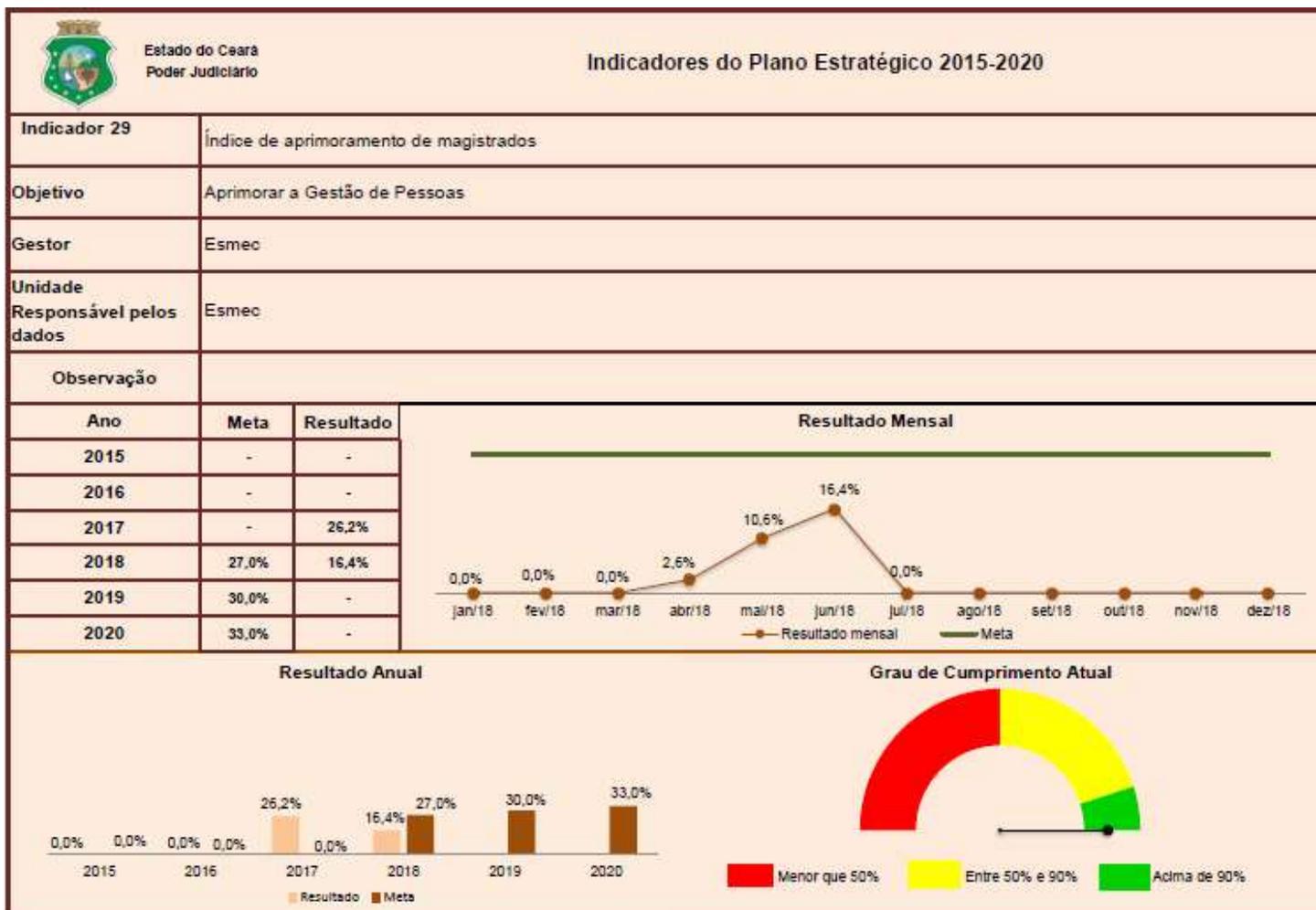
GESTOR: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA





Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

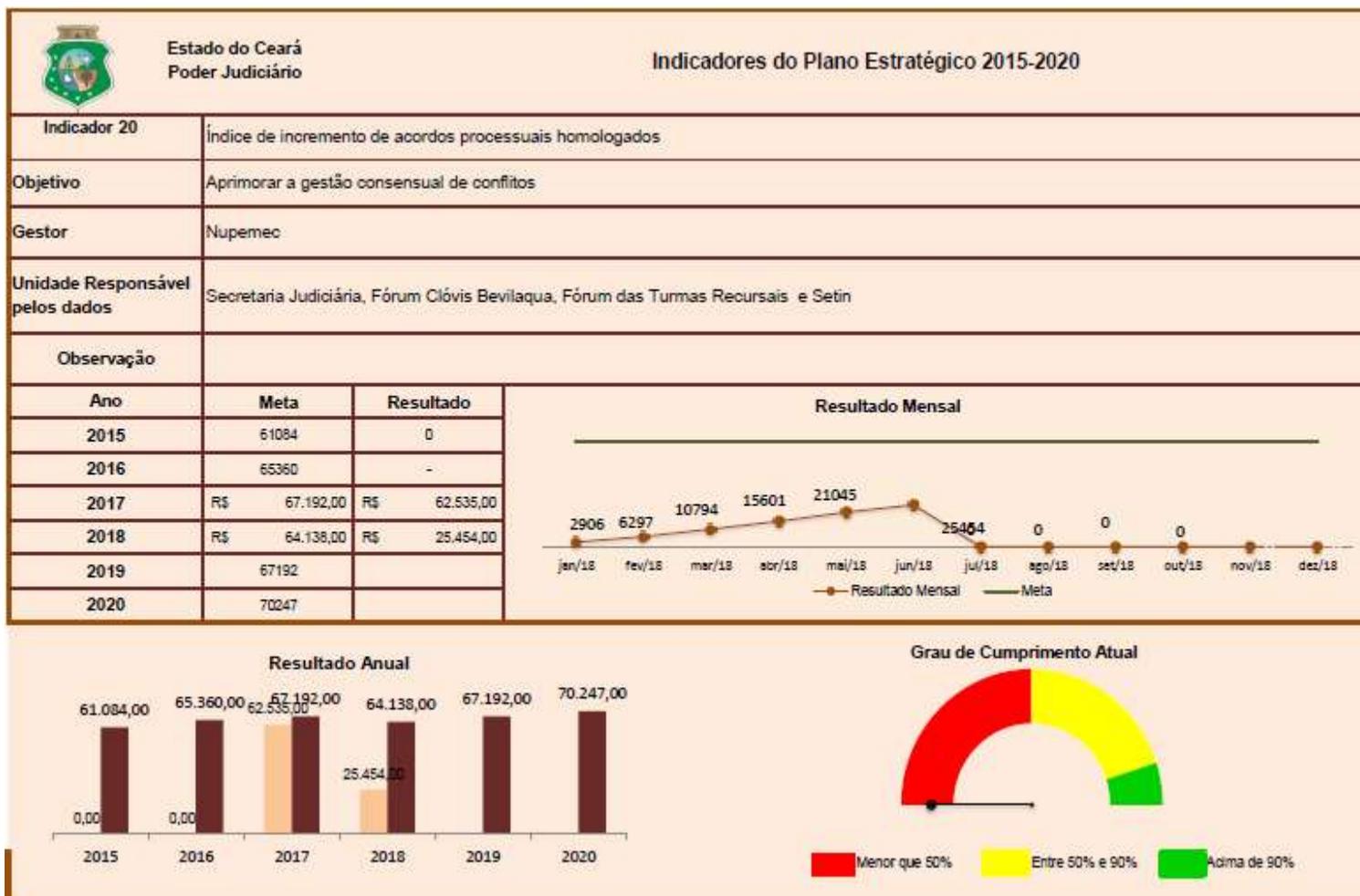
GESTOR: ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO CEARÁ (ESMEC)





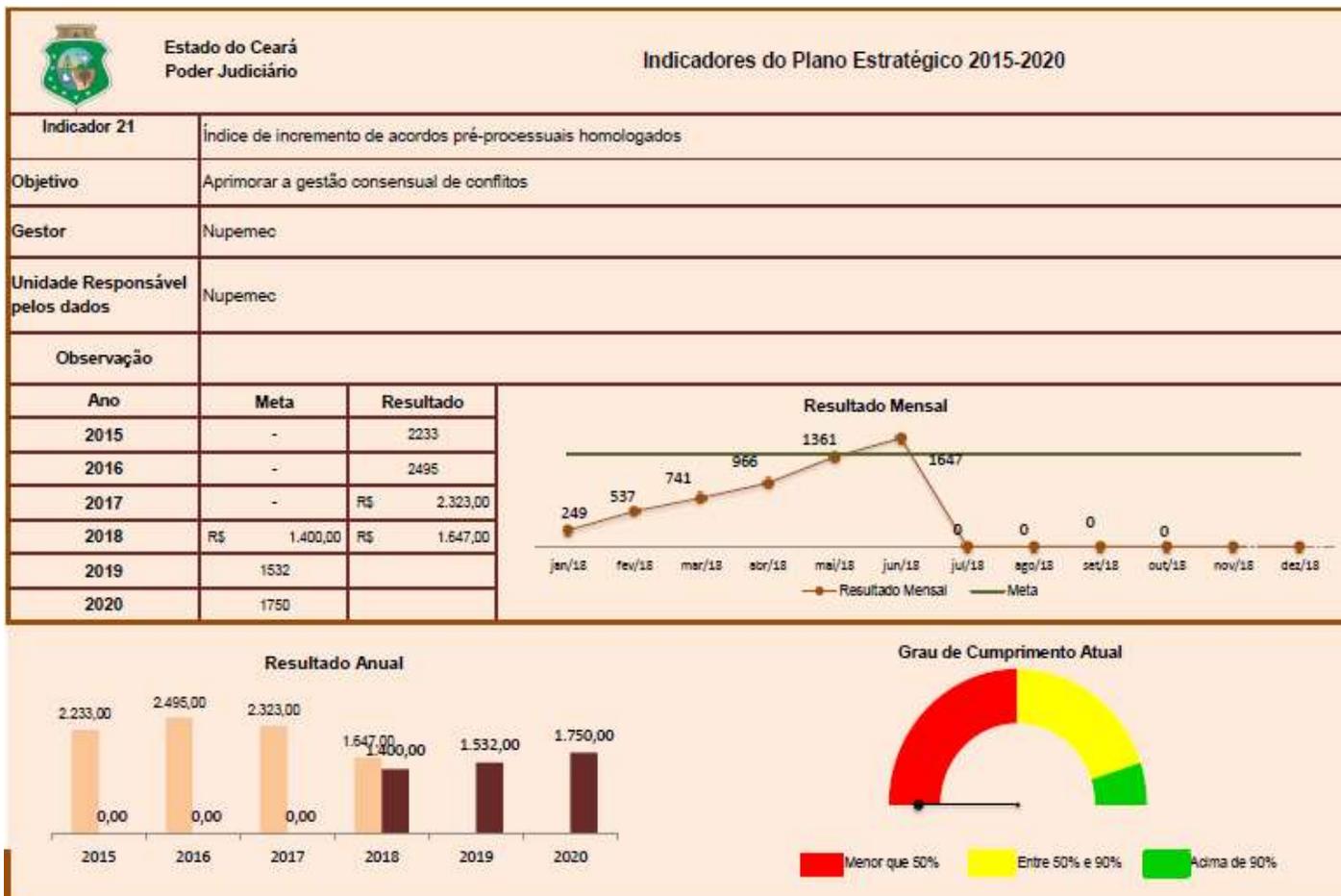
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

GESTOR: NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC)



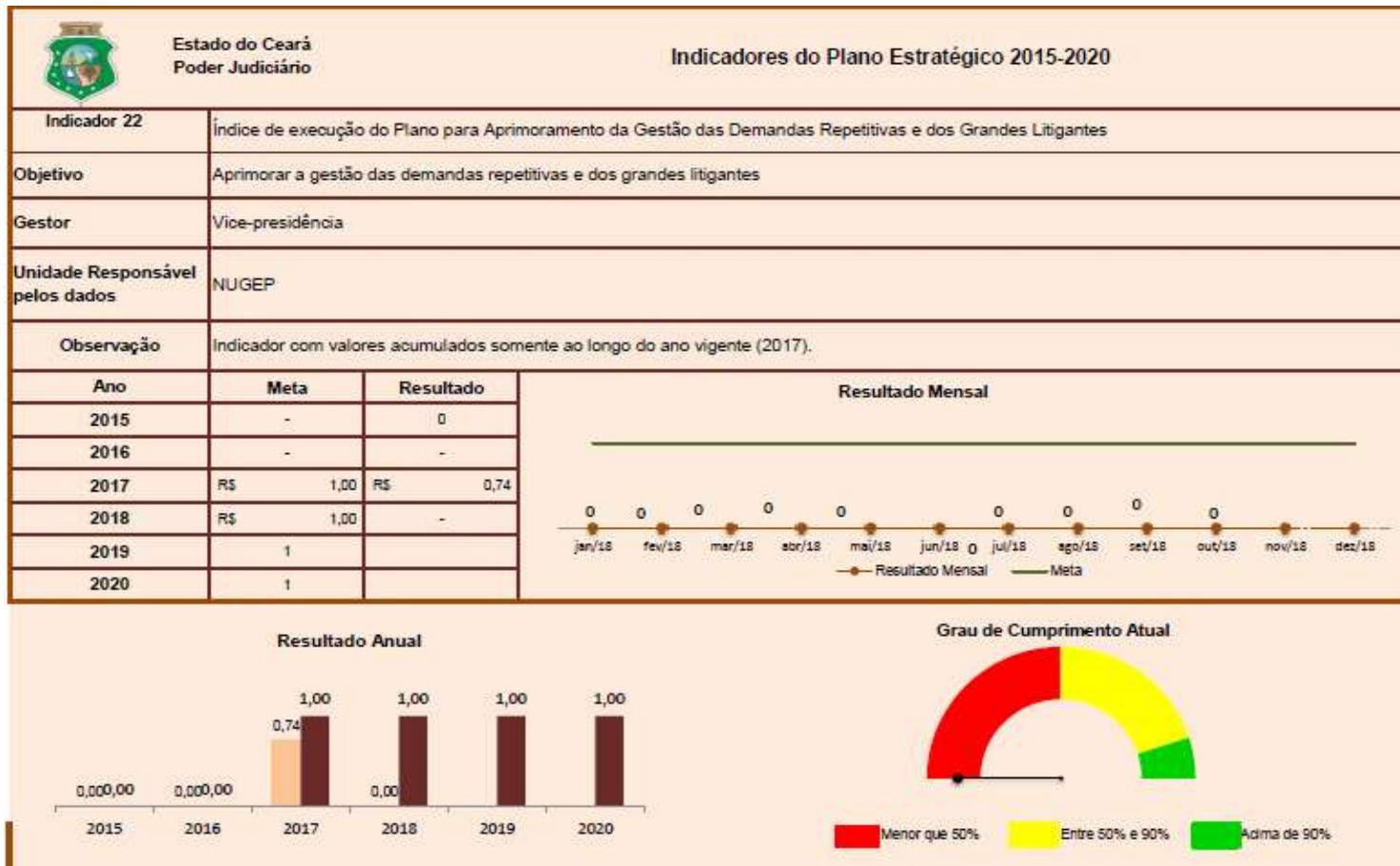


Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ





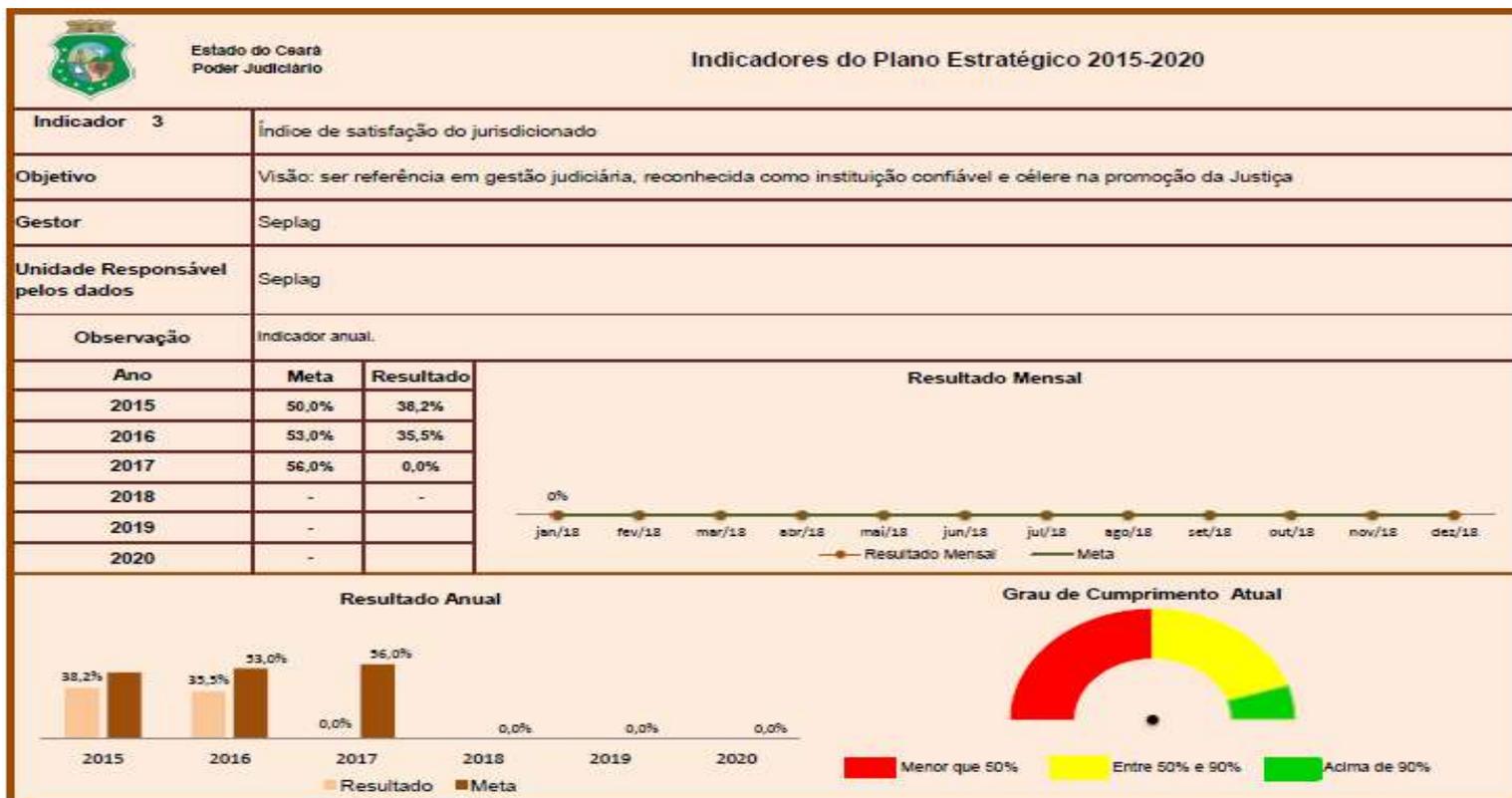
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ





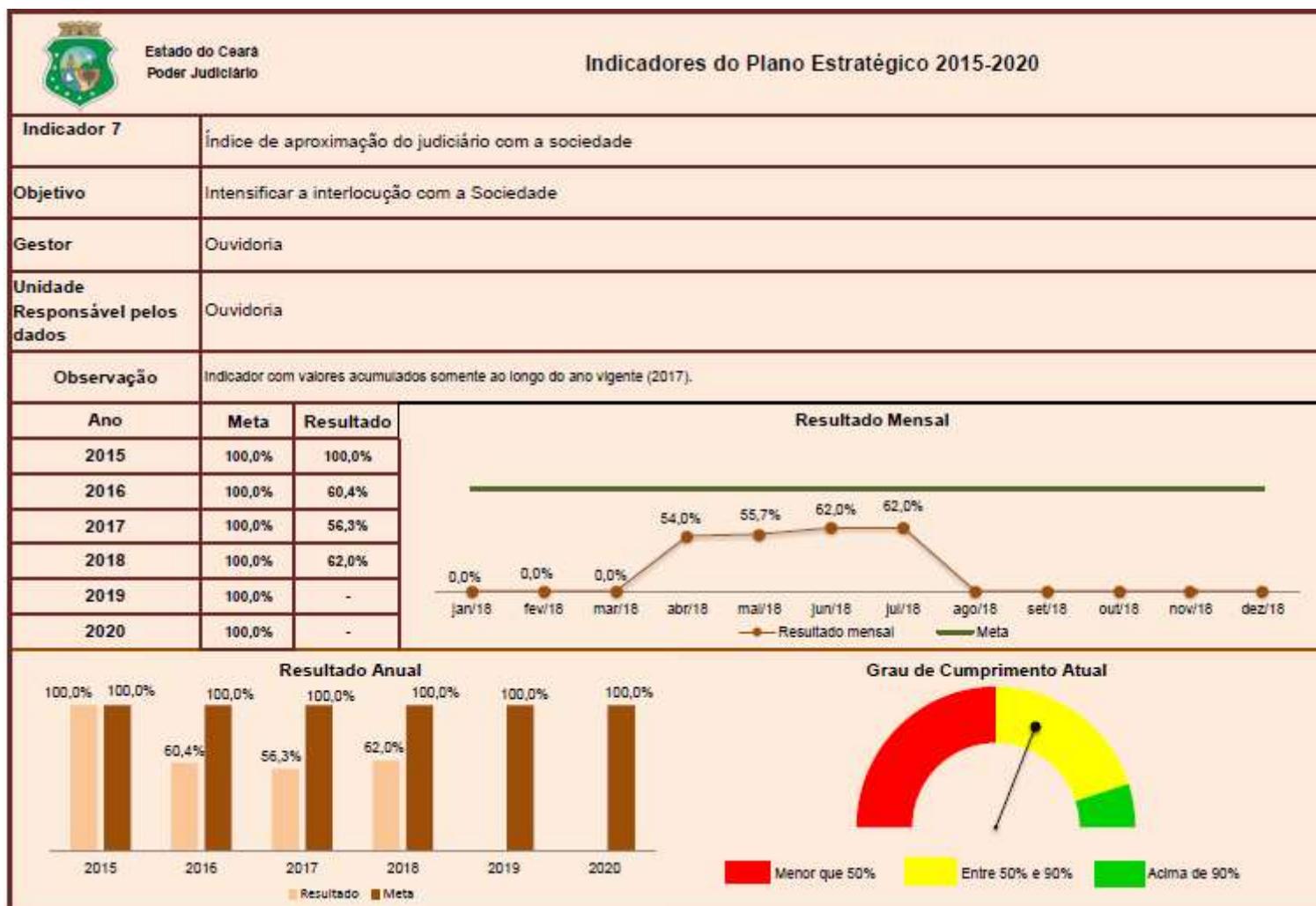
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

GESTOR: OUIDORIA





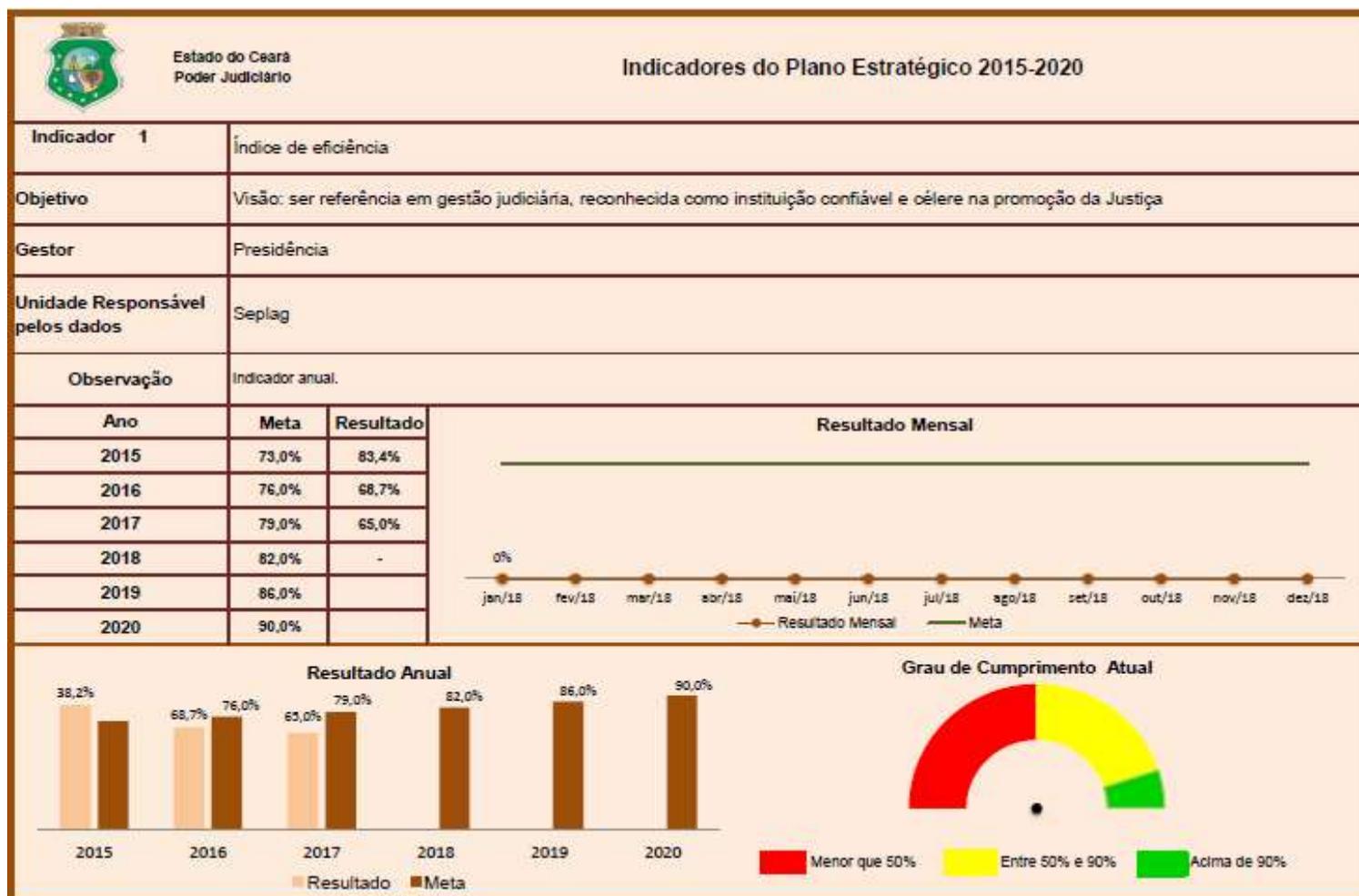
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ





Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

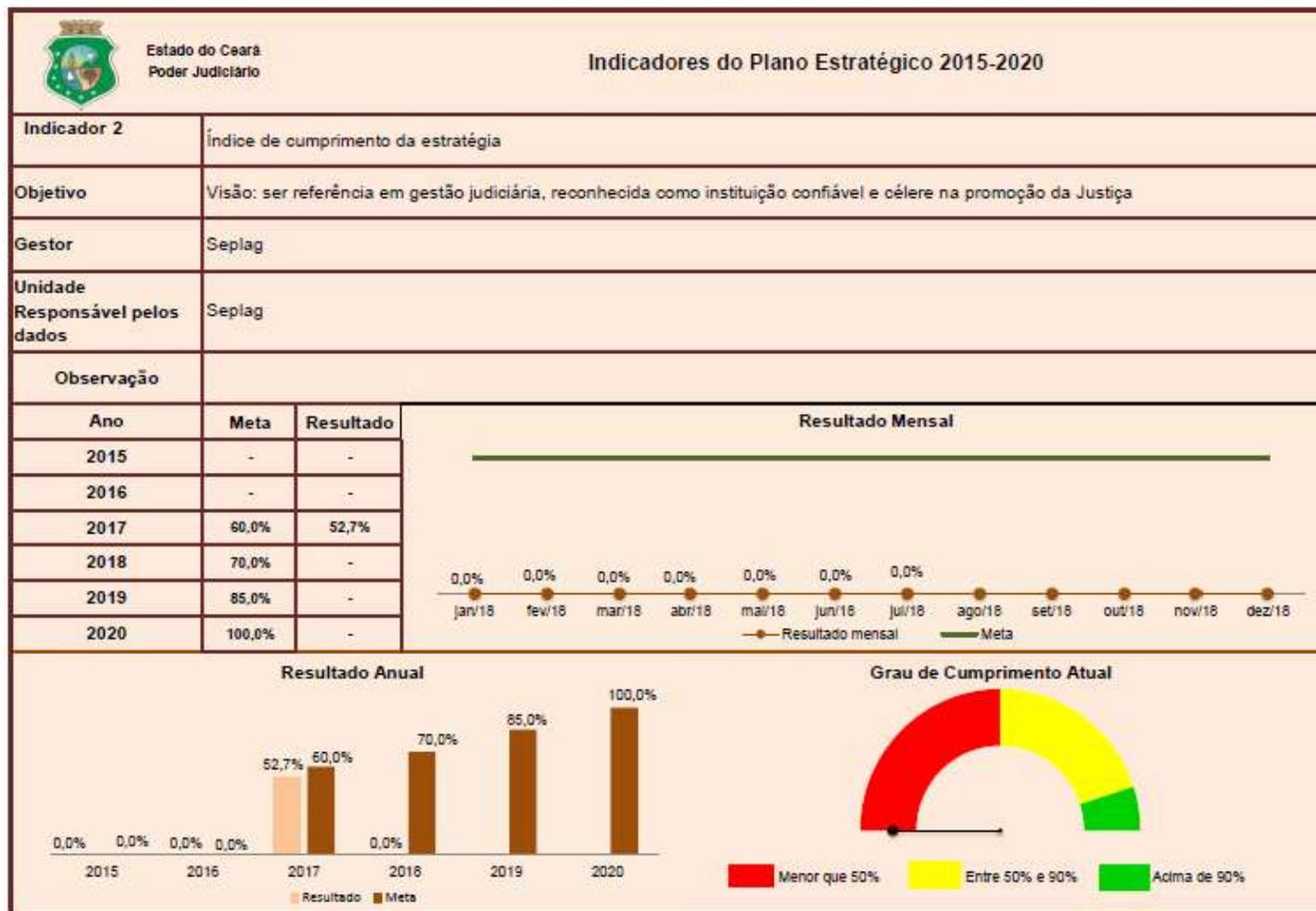
GESTOR: PRESIDÊNCIA





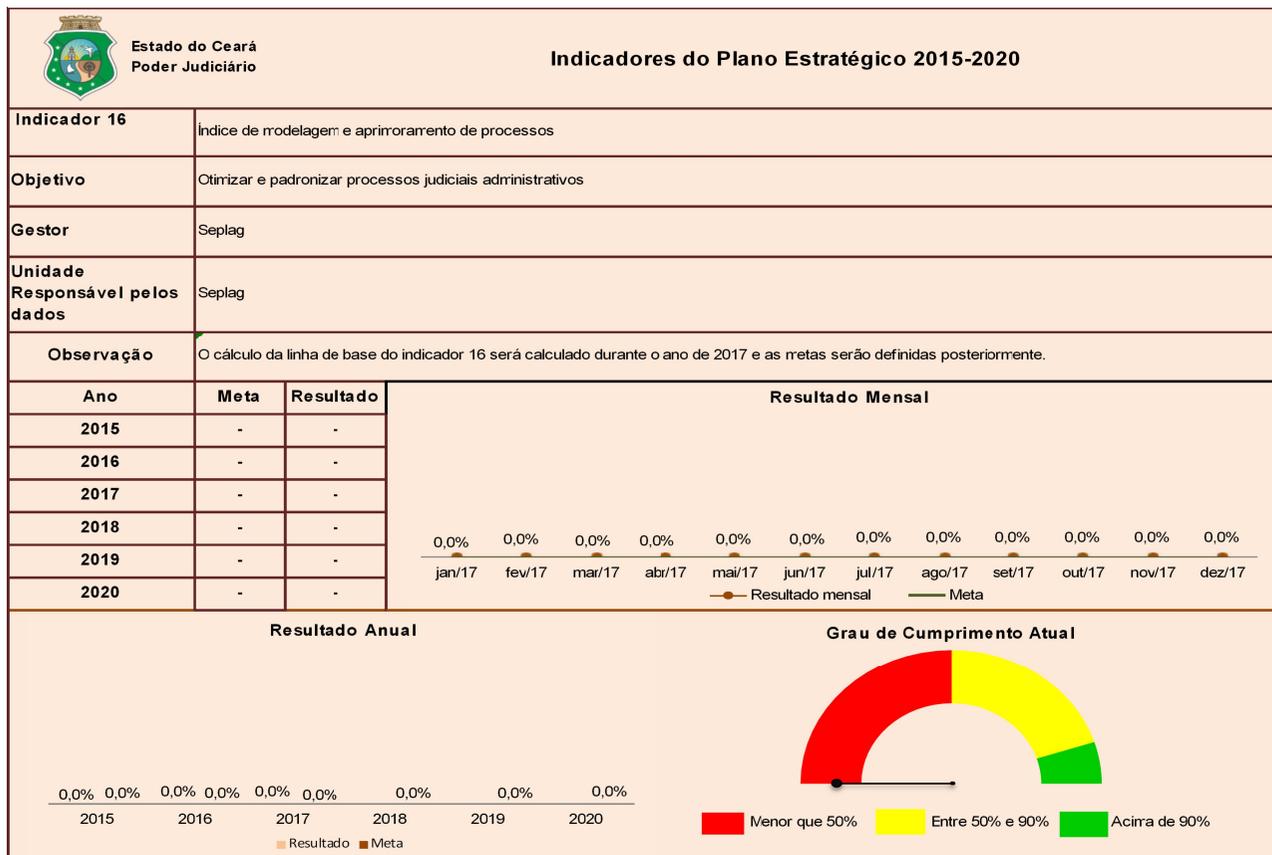
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

GESTOR: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO





Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ



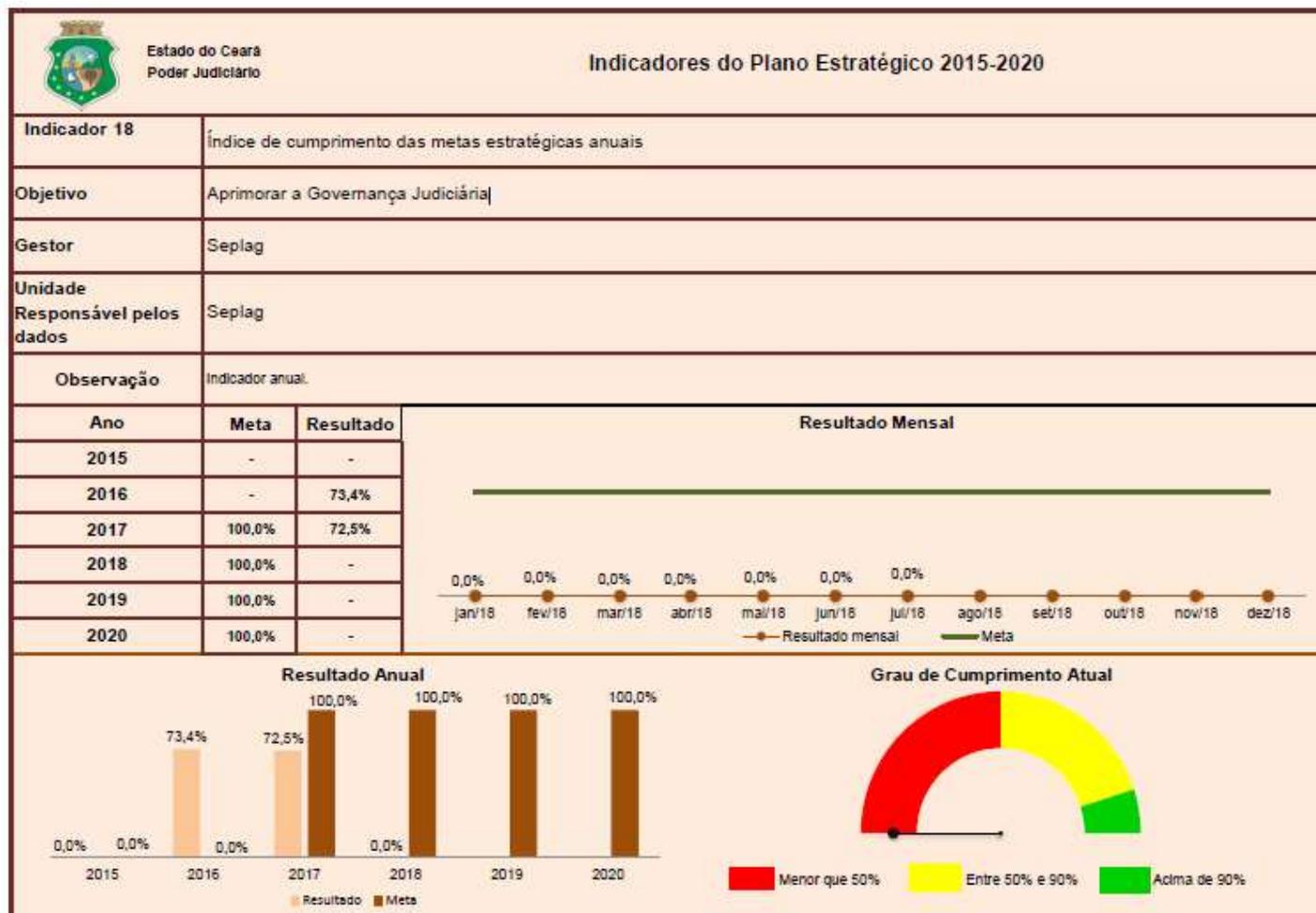


Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ



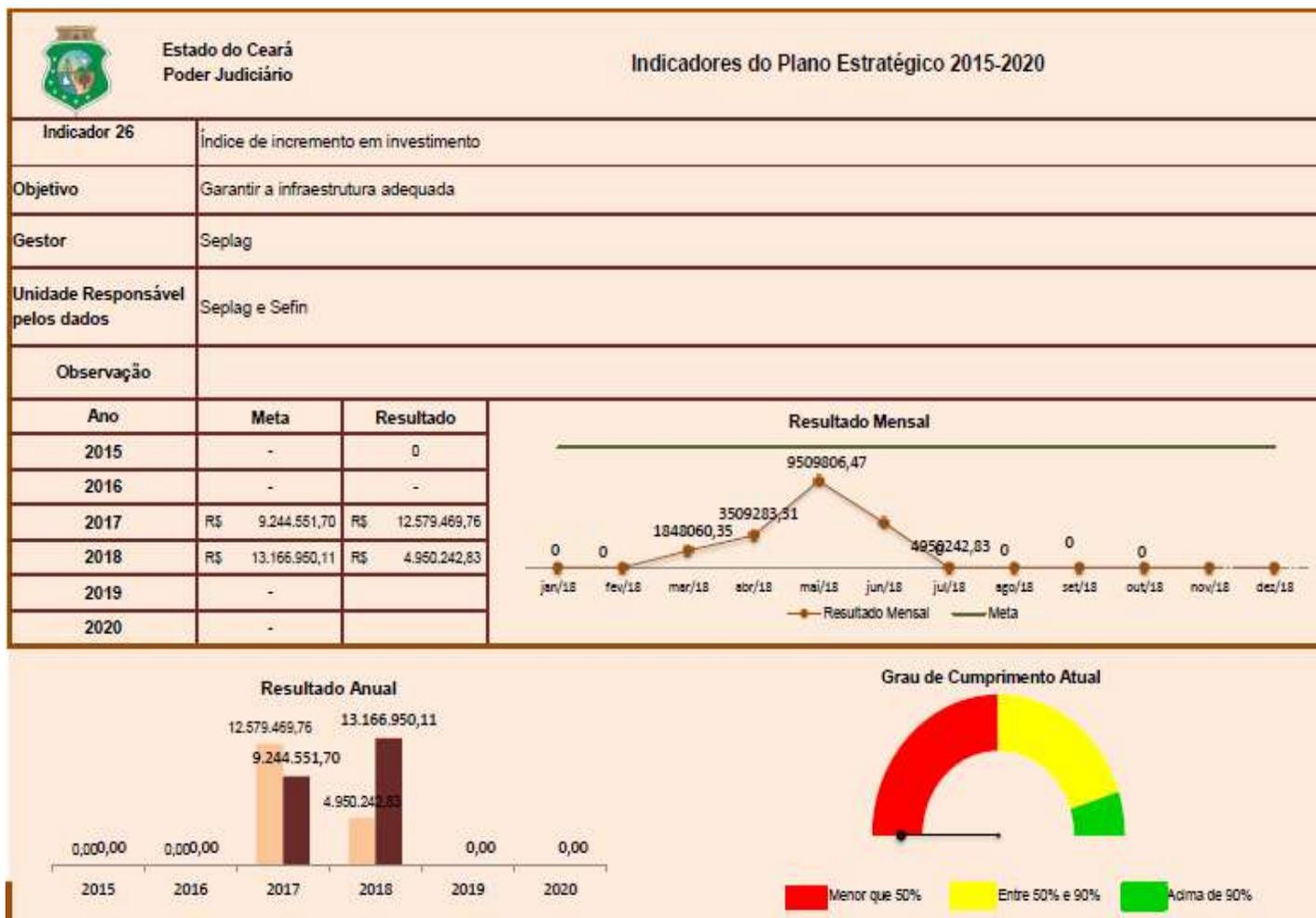


Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ





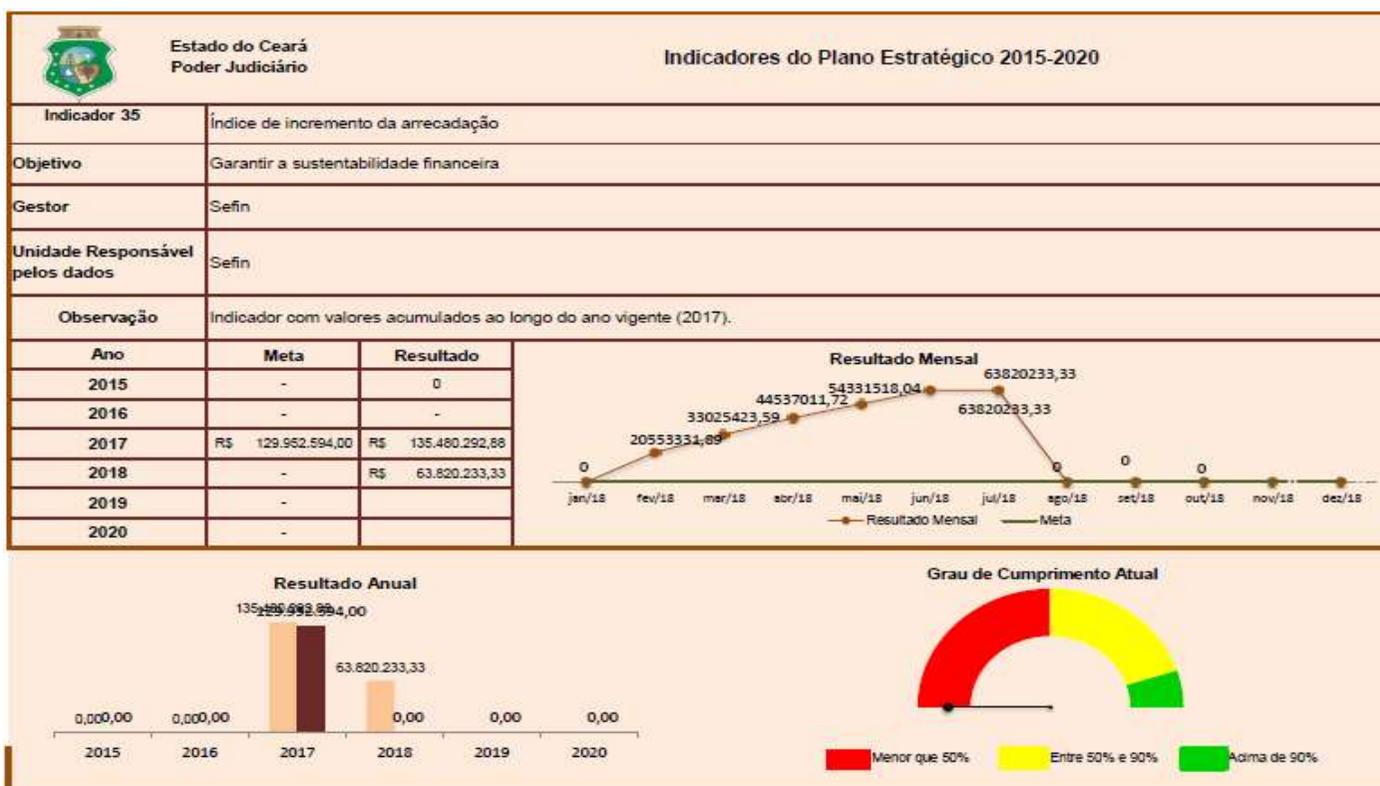
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ





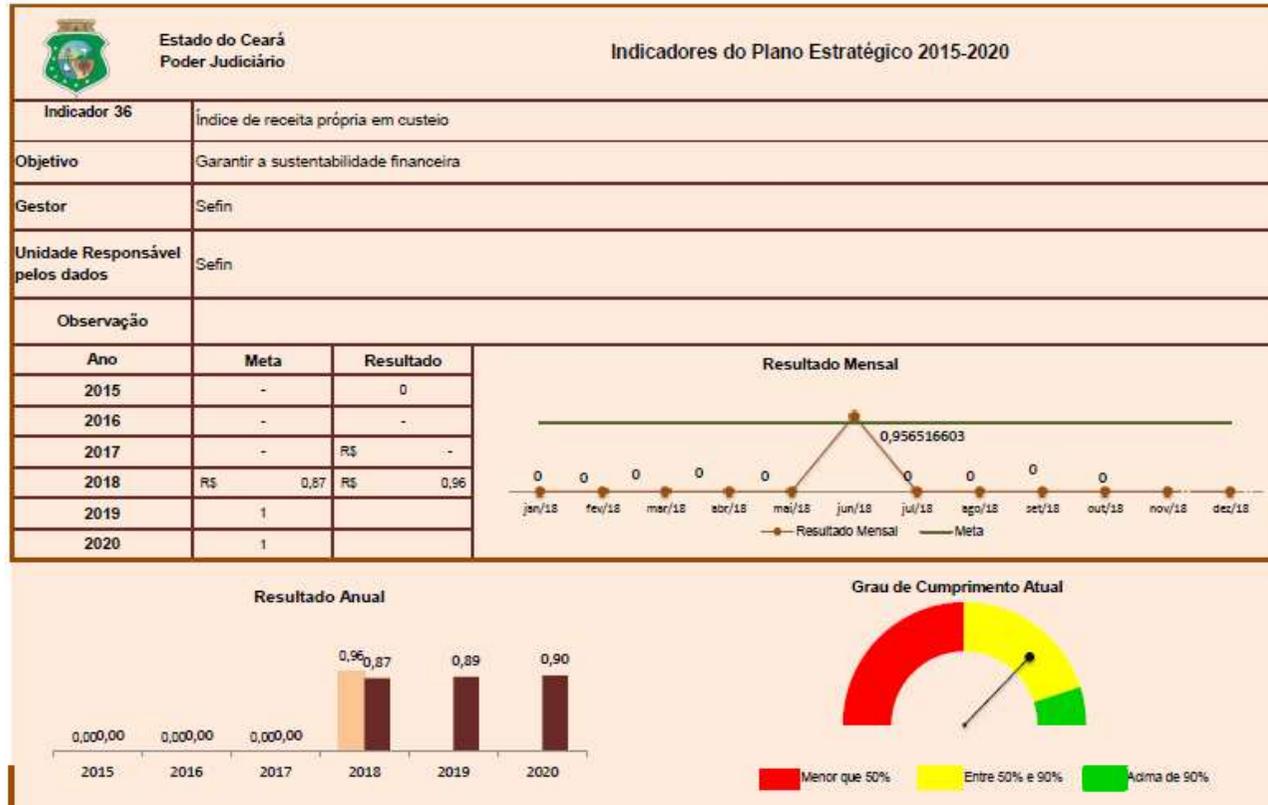
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

GESTOR: SECRETARIA DE FINANÇAS



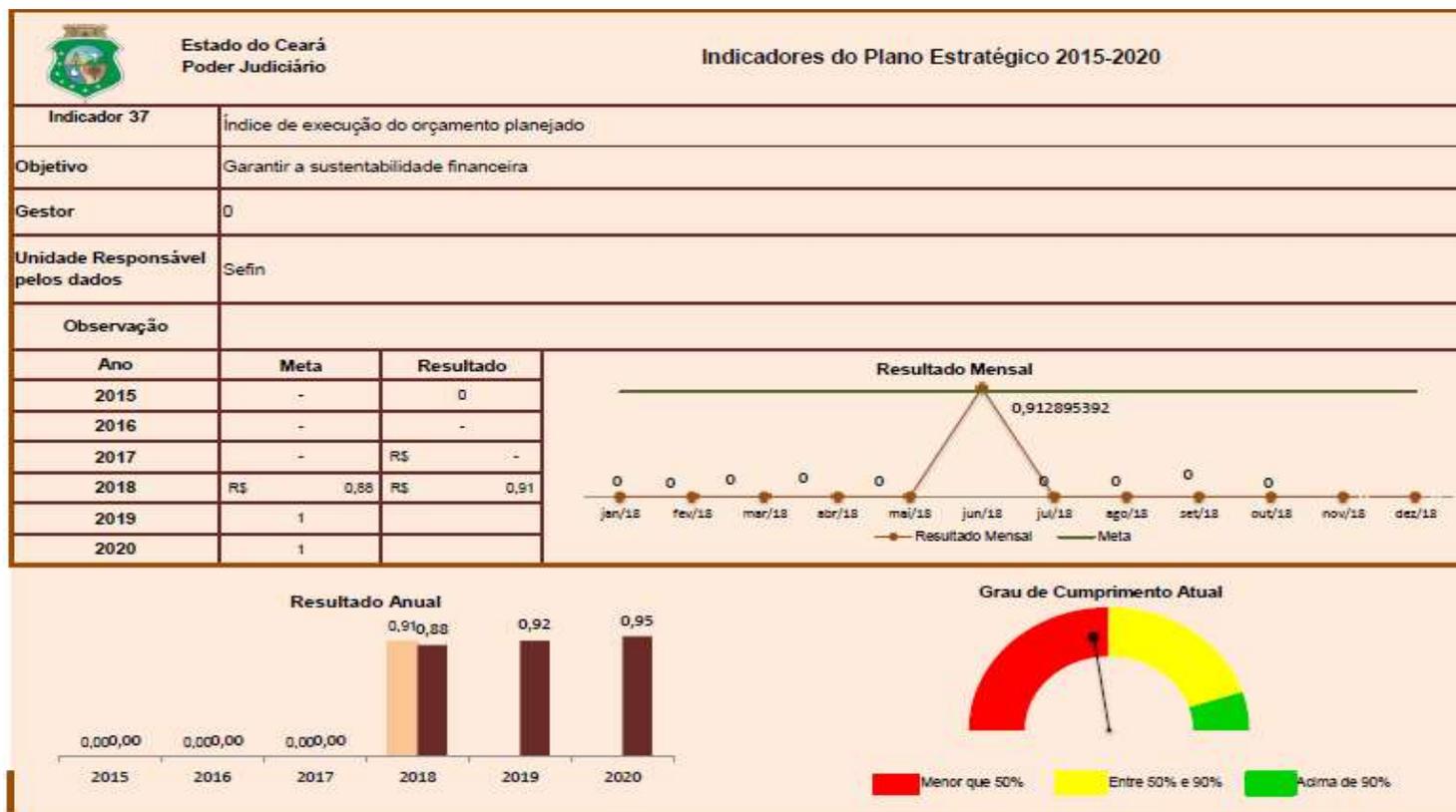


Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ





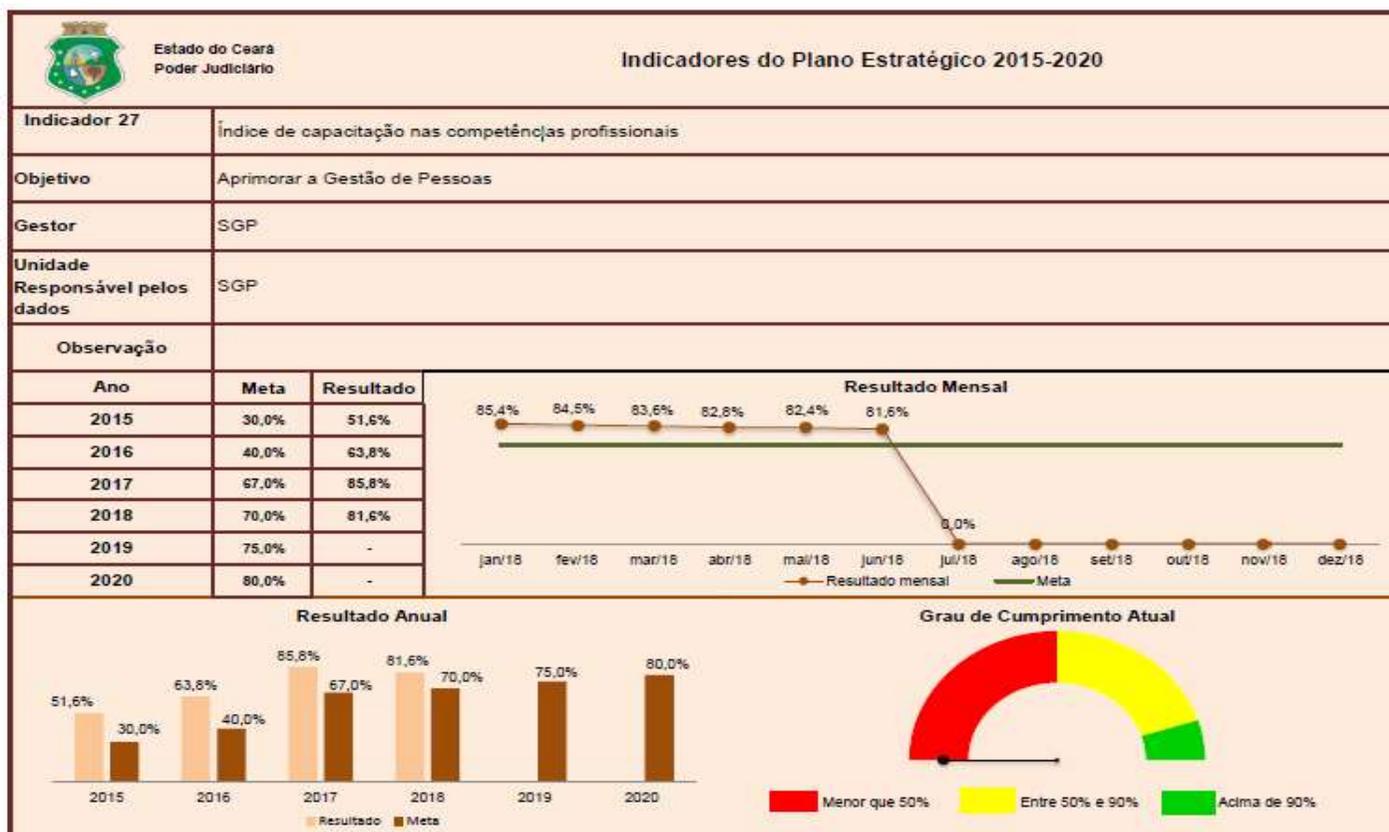
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ





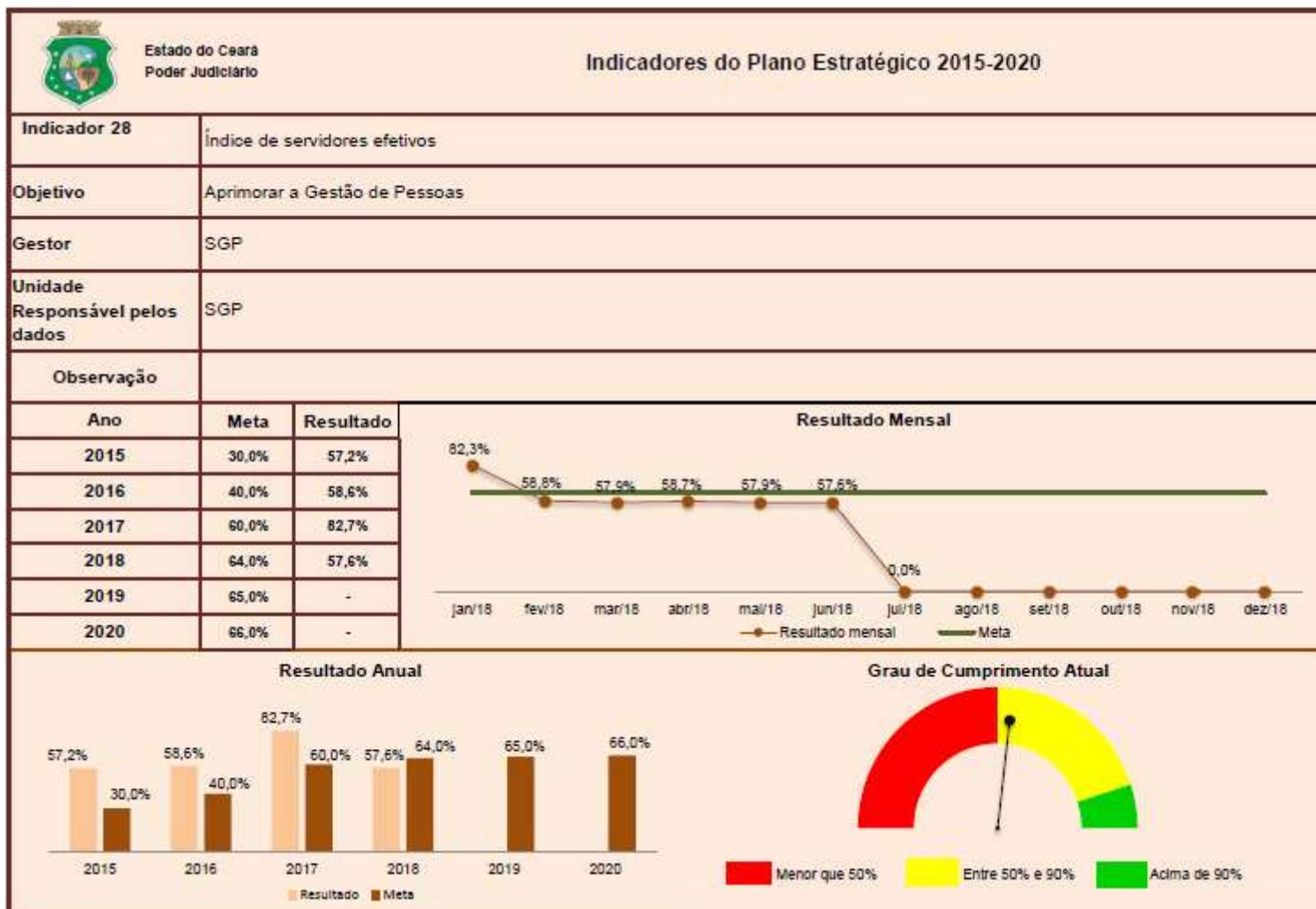
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

GESTOR: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS



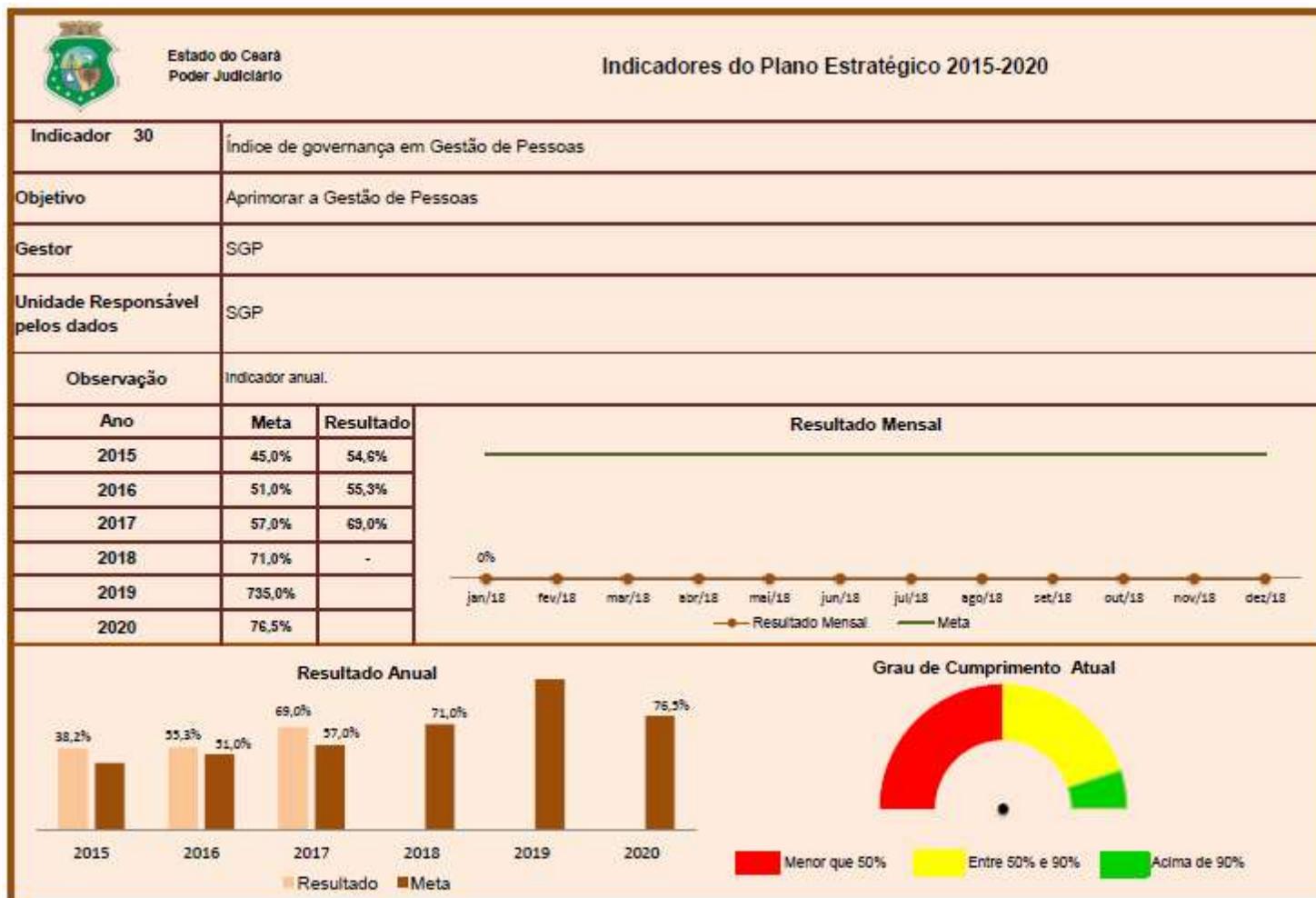


Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ



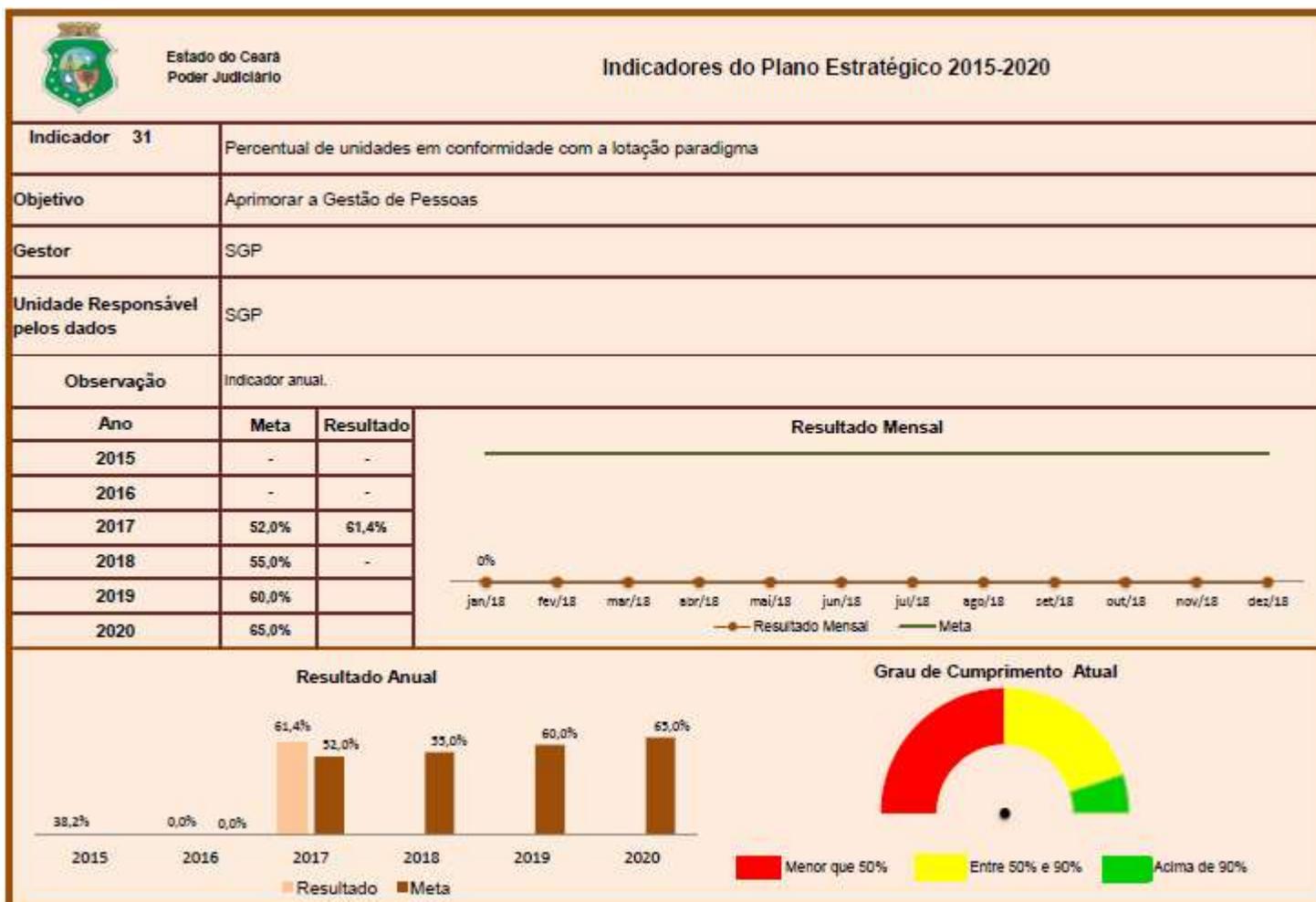


Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ





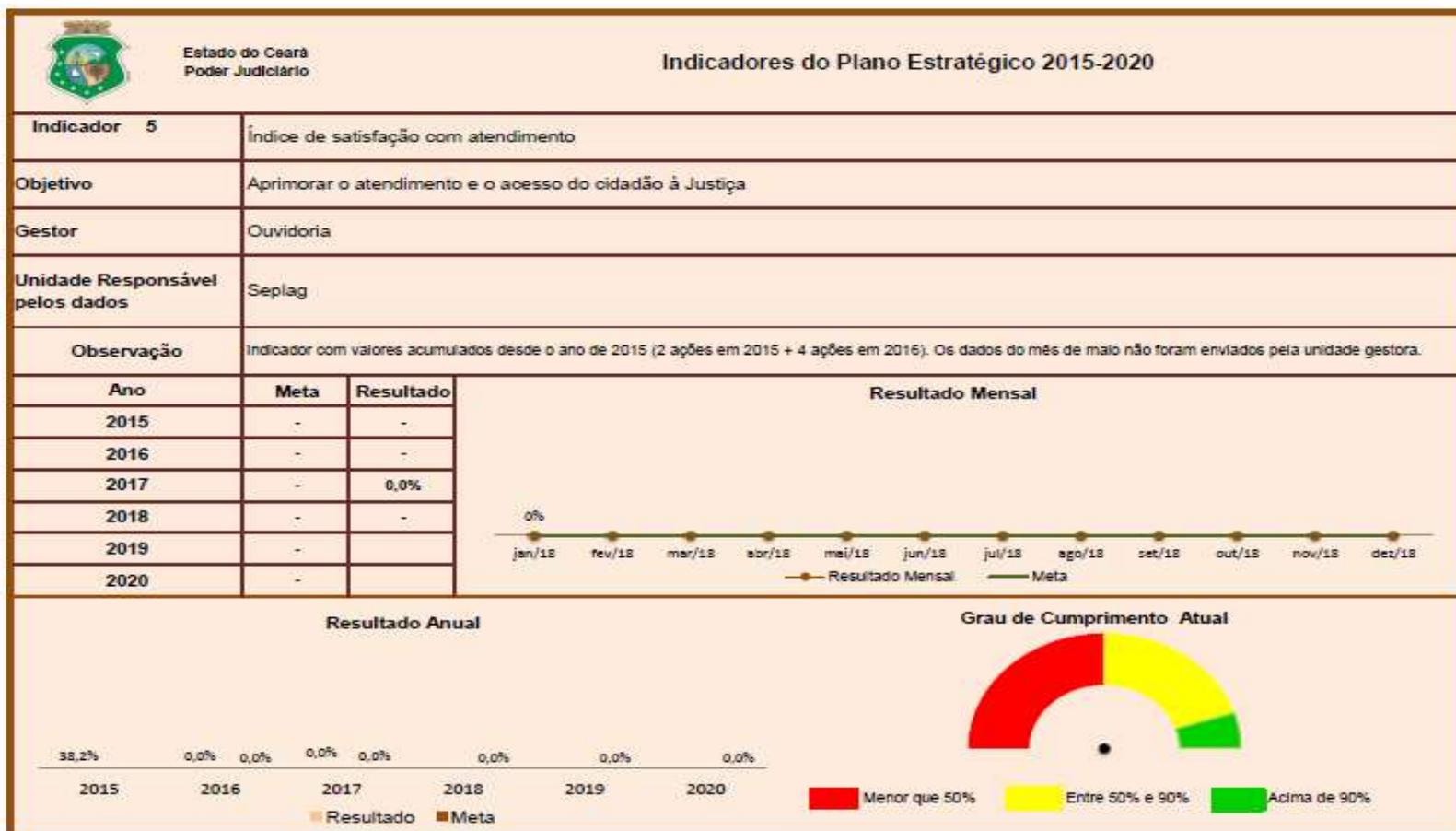
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ





Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

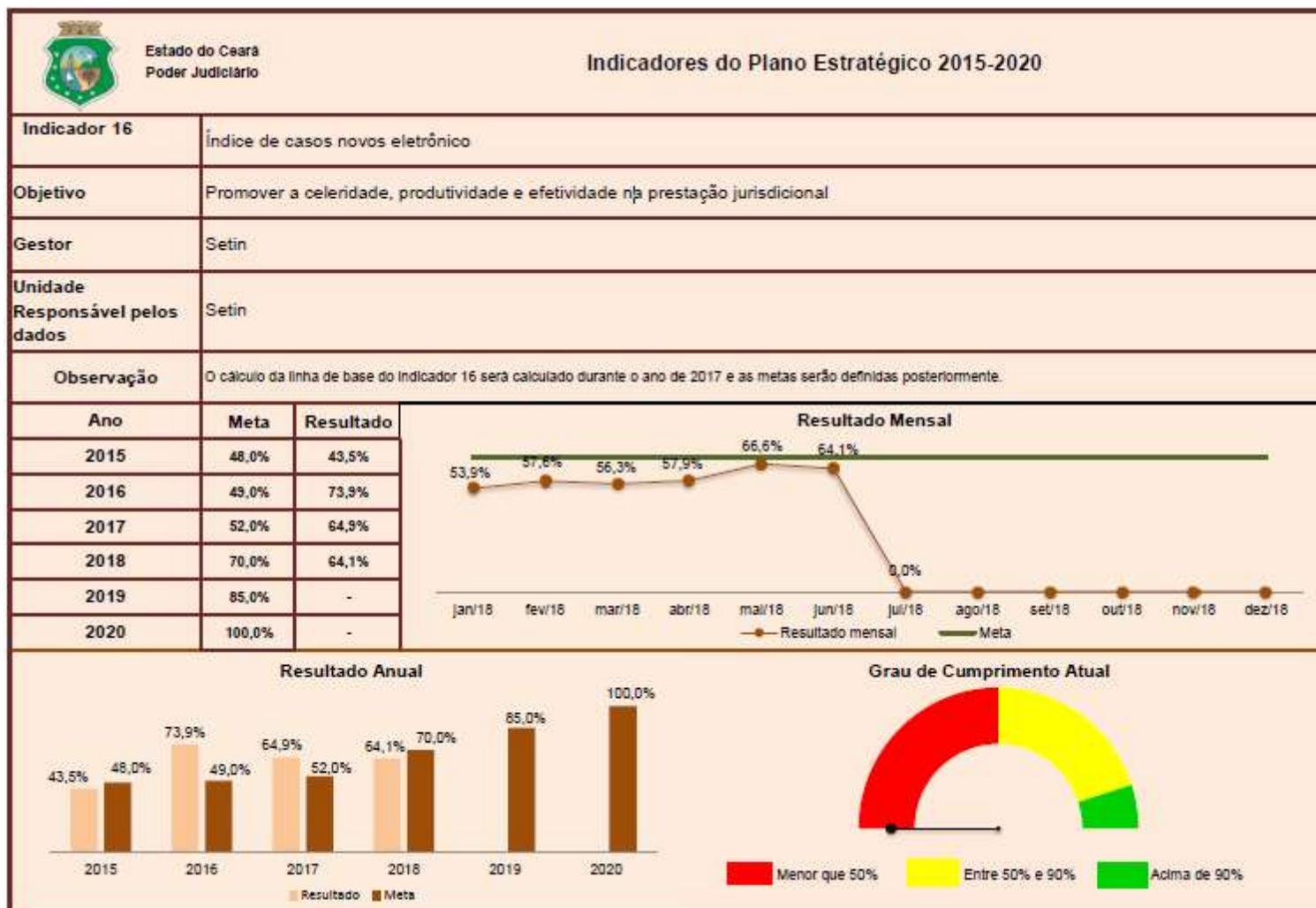
GESTOR: SECRETARIA JUDICIÁRIA





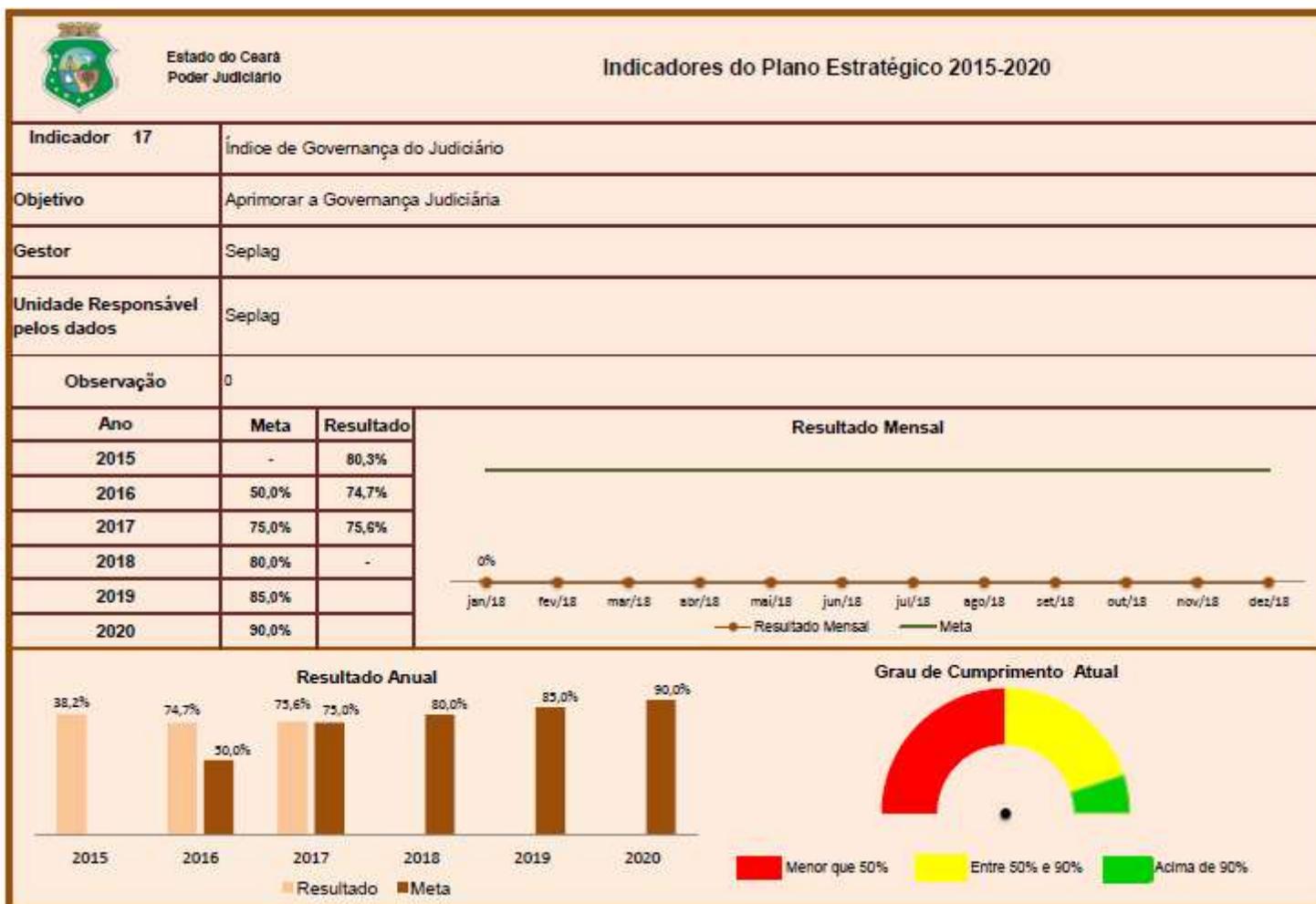
Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ

GESTOR: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



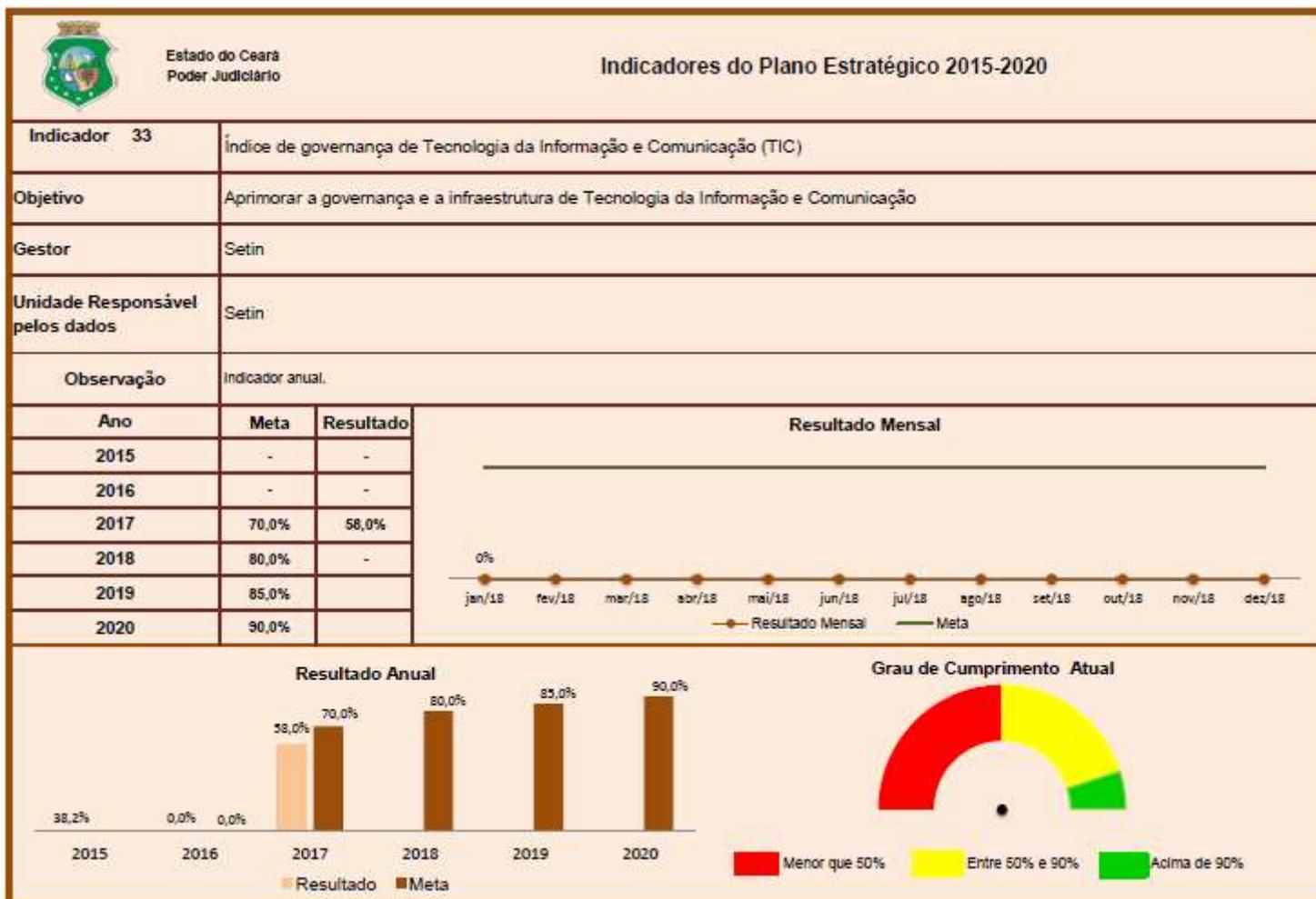


Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ





Relatório de Desempenho da Gestão 2018 – FECDOJ





**TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO,
ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU
INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS**

O Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça (FECDOJ), no exercício de 2018, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Sérgio Mendes de Oliveira Filho
Secretário de Planejamento e Gestão